

**Experiências brasileiras
que contribuem com a
transição para sistemas
alimentares mais
justos, saudáveis e
sustentáveis**

Maio de 2026

São Paulo, SP, Brasil

Como referenciar este relatório:

Instituto de Defesa de Consumidores (Idec). *Experiências brasileiras que contribuem na transição para sistemas agroalimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis* (1ª ed.). São Paulo, SP. 2026.

São Paulo - SP

2026

Sumário

Sistemas agroalimentares e a urgência da transição.....	3
Metodologia.....	7
Experiências e aprendizados.....	8
A Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede Semeam): uma experiência da região nordeste.....	8
Mulheres quilombolas e quintais produtivos: uma experiência da região norte.....	18
A institucionalização de um <i>ticket</i> de alimentos da agricultura familiar: uma experiência da região sul.....	24
Consumo militante e transição agroecológica: uma experiência da região sudeste.....	29
Cozinha Solidária e organização popular por um território bem alimentado: uma experiência da região centro-oeste.....	42
As experiências apontam caminhos para a transição dos sistemas agroalimentares.....	48
Conclusão.....	54
Referências.....	56

Os sistemas alimentares e a urgência da transição

Os sistemas alimentares compreendem o conjunto de elementos, processos e relações que viabilizam a alimentação de uma população, abrangendo todas as etapas relacionadas à produção, ao processamento, à distribuição, ao preparo, ao consumo e ao descarte de alimentos, bem como os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes dessas atividades (HLPE, 2017). Eles vão muito além da etapa de produção, articulando diversos processos e atores relacionados ao meio ambiente, infraestrutura, instituições, políticas públicas, mercados, empresas, agricultores(as), consumidores(as), organismos internacionais, entre tantos a depender de suas especificidades. Trata-se de uma rede interdependente na qual decisões econômicas, políticas e culturais moldam tanto a oferta quanto o acesso e o descarte dos alimentos. Além disso, eles operam e podem ser analisados em diferentes escalas, seja global, nacional ou local, que coexistem e interagem (Maluf, 2021), cujas interações impactam diretamente a composição das refeições e as práticas alimentares no cotidiano.

Assim, a alimentação não é resultado de escolhas puramente individuais, mas de dinâmicas estruturais que envolvem renda, organização dos pontos de varejo, modelos produtivos, arranjos territoriais e ambientes alimentares. Compreender essa complexidade é fundamental para formular propostas de transição.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que coexistem diversas formas de organizar essa rede, também opera um modelo dominante, o sistema agroalimentar hegemônico, o qual exerce forte influência sobre a alimentação global e o meio ambiente. Sustenta-se na concentração de terras, na produção de *commodities* a partir de monoculturas e no uso intensivo de insumos químicos, além de reforçar o monopólio de sementes (Delgado, 2013). Paralelamente, impulsiona o consumo crescente de produtos alimentícios ultraprocessados (aqui chamados de 'ultraprocessados') (Swinburn *et al.*, 2019). Os métodos produtivos hegemônicos degradam o meio ambiente ao passo que ultrapassam os limites planetários e se expressam no que tem se chamado de tríplice monotonia do sistema agroalimentar: i) monotonia das paisagens agrícolas; ii) monotonia na criação animal, com 40% da produção de grãos sendo destinada à produção animal e as áreas de pastagem representando 70% da área agrícola do mundo; e iii) monotonia da dieta com destaque para o aumento do consumo de ultraprocessados, cuja produção é baseada em *commodities* como milho, trigo, soja e cana-de-açúcar, prejudicando a cultura alimentar (Abramovay *et al.*, 2025).

Assim, entre as principais consequências do sistema agroalimentar hegemônico destacam-se a degradação ambiental, a limitação da diversidade alimentar nas dietas, o enfraquecimento da agricultura familiar e a erosão da cultura alimentar. Trata-se de um arranjo que aprofunda desigualdades sociais e pressiona os ecossistemas (Delgado, 2013).

Esse modelo hegemônico está na base da chamada sindemia global, caracterizada pela coexistência de três pandemias principais que afetam a saúde humana e do planeta: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Elas compartilham determinantes estruturais comuns e que se retroalimentam. Ao promover dietas monótonas, baseadas em ultraprocessados e com consumo excessivo de alimentos de origem animal, intensificar a degradação ambiental e ampliar desigualdades no acesso à alimentação adequada e saudável, o modelo vigente contribui simultaneamente para o agravamento dessas três crises (Swinburn *et al.*, 2019).

Em consonância com essa análise, Rockström *et al.* (2025) apontam que o sistema agroalimentar é um dos principais vetores de transgressão dos limites planetários e de intensificação das crises climática, ambiental e sanitária. Ao mesmo tempo, populações em situação de maior vulnerabilidade são as mais afetadas pelos impactos combinados dessas crises. Diante deste cenário, a nível nacional, o 'Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas' reconhece que os sistemas alimentares são simultaneamente causa e vítimas da mudança do clima, agravando desigualdades sociais e afetando de forma mais intensa populações e territórios mais vulnerabilizados (Brasil, 2025).

Em 2025, foi lançado o 'Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas', com o objetivo de "contribuir para a orientação, convergência e integração de políticas e ações entre os diferentes níveis e setores públicos para impulsionar a transição rumo a sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis diante da mudança do clima, promovendo a Justiça Climática, o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional".

O documento parte de premissas fundamentais:

- 1- A mudança do clima é uma realidade e seus efeitos já são percebidos em todo o planeta;
- 2- Os sistemas alimentares são causa e sofrem as consequências da mudança do clima;
- 3- A mudança do clima agrava as injustiças, acentuando a pobreza, ampliando as desigualdades e afetando principalmente pessoas; e comunidades em situação de vulnerabilidade; e
- 4- O modelo de desenvolvimento atual contribui para a crise climática, ao mesmo tempo em que é afetado por ela.

No Brasil, há um conjunto relevante de políticas públicas, normativas e programas que reconhecem a importância dos sistemas alimentares e impulsionam ações para que eles

sejam mais justos, saudáveis e sustentáveis. Cabe citar, o Guia Alimentar para a População Brasileira, a Cesta Básica Nacional de Alimentos, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Alimento no Prato), o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), entre tantos outros. Esses instrumentos apresentam avanços institucionais importantes ao promover saúde, alimentação adequada e saudável, produção agrícola sustentável e inclusão social. No entanto, ainda persistem desafios relacionados à fragmentação das políticas, à descontinuidade institucional, à insuficiência de financiamento e à distância entre princípios orientadores e sua efetiva implementação nos territórios, limitando o alcance transformador dessas iniciativas.

Nesse contexto, a publicação do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) “**Agenda para Ação para a Transição dos Sistemas Alimentares**” (2022) propõe recomendações integradas para enfrentar esses desafios. O documento parte do reconhecimento de que a transformação dos sistemas alimentares exige respostas intersetoriais e territorializadas, articulando produção, abastecimento, distribuição e consumo, além de fortalecer a governança pública e as capacidades institucionais. Ao debater o campo normativo na ação pública, a ‘Agenda para Ação’ enfatiza a necessidade de fortalecer iniciativas locais, orientar investimentos públicos, ampliar capacidades institucionais e promover arranjos de governança que permitam enfrentar, de maneira simultânea, os desafios climáticos, sociais e alimentares, especialmente nos territórios mais vulnerabilizados (Idec, 2022).

O documento traz 5 dimensões dos sistemas alimentares: negócios, abastecimento e demanda, ecológica, saúde e governança. Em cada dimensão, expõe os principais problemas e consequências dos sistemas alimentares hegemônicos no Brasil e lista algumas recomendações para transição, indicando quais são as prioridades e os caminhos de ação. Como pode ser observado a seguir:



Fonte: Idec, 2022.

Em diálogo com o propósito da Agenda para a Ação de apontar caminhos concretos para a transição dos sistemas alimentares, este relatório dedica-se a identificar experiências territoriais que oferecem respostas, em uma ou mais de suas cinco dimensões - especialmente no que se refere à ampliação do acesso a alimentos saudáveis. A partir da articulação entre essas dimensões e as realidades locais, o trabalho reúne e descreve iniciativas exitosas distribuídas pelas cinco macrorregiões do Brasil.

Ao mapear iniciativas protagonizadas por agricultores(as), comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil e governos locais, o estudo busca: (i) identificar limites, potencialidades e condições de replicabilidade dessas experiências no âmbito das políticas públicas; (ii) difundir a diversidade de experiências que resistem ao modo hegemônico de produzir e consumir alimentos; (iii) contribuir para o fortalecimento de estratégias que promovam sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis; e (iv) demonstrar que, em diversos territórios, já acontecem articulações eficazes na transformação dos sistemas alimentares.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo teve caráter qualitativo e exploratório, com foco na análise de experiências territoriais relacionadas à transição para sistemas alimentares justos, saudáveis e sustentáveis em diferentes regiões do Brasil.

Inicialmente, foi realizado um levantamento de experiências previamente conhecidas pela equipe de pesquisa em cada uma das cinco macrorregiões do país na busca de obter representatividade territorial, socioambiental e cultural. A partir desse mapeamento, foi selecionada uma experiência por região, considerando como critérios o diálogo com as dimensões propostas pela 'Agenda para Ação' (Idec, 2022) e a diversidade de contextos, arranjos institucionais e estratégias de atuação, de modo a qualificar o conjunto analítico do material final.

Para cada experiência selecionada, primeiramente foram realizadas buscas em fontes públicas e digitais, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre sua trajetória, contexto de atuação e principais características. Com base nesse levantamento, foi elaborado um texto preliminar e um roteiro semiestruturado de perguntas para entrevistas.

Na etapa seguinte, foram realizados contatos com representantes das experiências para a condução de entrevistas, explicando o motivo da entrevista e solicitando indicação de ator-chave para essa etapa. Desta forma, ficou aberto para que o coletivo escolhesse quem e quantas pessoas participariam da entrevista. Apenas no sudeste a entrevista foi realizada presencialmente pela facilidade de contato entre a entrevistadora e os(as) interlocutores(as). No Quadro 1 são apresentadas as entrevistas realizadas.

Quadro 1. Participantes e formatos das entrevistas por região.

Região	Experiência	Formato	Participantes
Nordeste	A Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede Semeam)	Duas entrevistas virtuais individuais	<ul style="list-style-type: none">• Extensionista do Instituto Agrônomo de Pernambuco; e• Coordenadora da Rede Semeam.
Norte	Mulheres quilombolas e quintais produtivos	Uma entrevista virtual individual	<ul style="list-style-type: none">• Membro do Núcleo de Ação e Resistência Quilombolas de Vila União/Campina (Narq)
Sul	A	Uma	<ul style="list-style-type: none">• Extensionistas da

	institucionalização de um <i>ticket</i> de alimentos da agricultura familiar	entrevista virtual com duas pessoas	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater/RS-Ascar).
Sudeste	Consumo militante e transição agroecológica	Três entrevistas presenciais e individuais	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadora da Cooperativa Terra & Liberdade; • Consumidora da Cooperativa; e • Produtor da Cooperativa.
Centro-Oeste	Cozinha Solidária e organização popular por um território bem alimentado	Uma entrevista virtual com quatro mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Militantes do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito que atuam na Cozinha Popular Mara Maria de Jesus.

Elaborado pela própria autora.

As entrevistas foram gravadas e transcritas com auxílio do aplicativo *Read AI* e analisadas, sendo seus conteúdos incorporados de forma sistematizada ao texto final, de modo a evidenciar elementos relacionados às potencialidades, limitações e condições de replicabilidade das experiências analisadas.

Experiências e aprendizados

A Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede Semeam): uma experiência da região nordeste

Antes de apresentar essa experiência é importante contextualizar o *status* das sementes crioulas no Brasil. A Lei nº 10.711/2003, conhecida como Lei de Sementes e Mudanças, reconhece as variedades crioulas e tradicionais como aquelas desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores(as) familiares, assentados(as) e povos indígenas, com características próprias e não equivalentes às cultivares comerciais, permitindo sua produção, troca e comercialização entre esses grupos (Brasil, 2023). Posteriormente, o Decreto nº 7.794/2012, que instituiu a PNAPO, ampliou essa possibilidade para associações e cooperativas (Brasil, 2012), fortalecendo sua inserção em programas públicos estaduais de distribuição de sementes, bem como para o PAA. Apesar desse

avanço institucional, a legislação ainda restringe a comercialização de sementes crioulas para o público em geral, limitando o acesso aos(às) cooperados(as), associados(as) e a entidades governamentais. Por isso, essas sementes não estão presentes nas lojas agropecuárias, onde a oferta permanece restrita a sementes comerciais certificadas, incluindo variedades melhoradas, híbridas e transgênicas.

Esse cenário está ligado ao modelo agrícola consolidado a partir da Revolução Verde, entre as décadas de 1950 e 1970 que priorizou a intensificação tecnológica da agricultura, promovendo a disseminação de sementes comerciais e de insumos externos (como agrotóxicos, fertilizantes químicos e maquinário), orientando a produção de alimentos a partir de critérios centrados na produtividade e na resistência a pragas (Balensifer, 2019), sem considerar a saúde das pessoas e do planeta e os possíveis impactos desse modelo de produção.

Esse processo resultou na perda progressiva da autonomia dos(as) agricultores(as) sobre suas próprias sementes, rompendo com práticas históricas de seleção, guarda, reprodução e troca. Ainda que as sementes comerciais sejam frequentemente associadas a maiores rendimentos, elas implicam dependência econômica e promovem um apagamento cultural, uma vez que as sementes crioulas integram os modos de vida, os saberes, os rituais e as tradições das comunidades rurais (Balensifer, 2019). Como argumenta Shiva (2003), no paradigma produtivista dominante, a diversidade é tratada como antagonista da produtividade, legitimando a homogeneização genética e a monocultura como ideais prioritariamente econômicos. Nesse contexto, a noção de “melhoria” das sementes não é neutra: enquanto o modelo hegemônico a associa exclusivamente ao aumento da produção, os sistemas baseados em sementes crioulas percebem a melhoria de outra forma, como parte integrante das trocas entre pessoas e natureza, valorizando a diversidade como condição para a soberania alimentar, a resiliência ecológica e a sustentabilidade dos sistemas alimentares.

Uma síntese das diferenças sociopolíticas dessas sementes podem ser observadas no Quadro 2.

Quadro 2. Diferenças entre as sementes crioulas e as comerciais (melhoradas, híbridas e transgênicas).

Semente crioulas	Sementes comerciais
Inseridas na memória sociobiocultural dos grupos sociais que se relacionam com a agricultura. Fazem parte de tradições culturais ou festejos.	Tecnologia da ciência contemporânea com fins de produtividade e rentabilidade.
Identidade conhecida.	Identidade desconhecida.
Guardada em bancos e casas de	Muitas são inadequadas e/ou proibidas

sementes para sua reprodução.	para se guardar para posterior plantio, pois estão sujeitas a mecanismos de proteção e patentes obrigando os(as) agricultores(as) à nova aquisição em cada safra conforme a legislação vigente.
Melhoradas pela seleção dos(as) próprios(as) agricultores(as), com foco na soberania alimentar.	Submetidas a melhoramento genético em centro de pesquisa com foco na produtividade.
Recebem menor investimento público para sua (re)existência.	Recebem maior investimento público para reprodução, com grandes aliados da bancada ruralista.

Fonte: elaboração própria, adaptado de Balensifer (2019).

Assim, entende-se que a conservação da agrobiodiversidade é urgente para a manutenção das culturas, policultivos e preservação da natureza.

Sobre a experiência:

A Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede Semeam) é uma iniciativa estratégica para o enfrentamento dos desafios contemporâneos dos sistemas alimentares, ao articular a conservação da agrobiodiversidade, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a promoção de sistemas produtivos agroecológicos, contribuindo para a resiliência climática e para a segurança alimentar e nutricional. A Rede atua no fortalecimento do manejo, do uso e da circulação das sementes crioulas nos agroecossistemas dos agricultores(as) familiares do território, articulando instituições, organizações da sociedade civil, povos indígenas e de comunidades tradicionais, movimentos sociais e sujeitos individuais que impulsionam a conservação das variedades crioulas (Lima, 2024a).

A criação da Rede começou a ser gestada entre 2011 e 2012, época marcada por uma grave seca na região que pôs em risco variedades filogenéticas locais, surgindo, assim, como resposta à necessidade de apoiar agricultores(as) na preservação dos cultivares crioulos. A criação da Rede, de fato, ocorreu em 2015, na 2ª Feira de Troca de Sementes Crioulas do Agreste Meridional Pernambucano (Barros, Balensifer e Souza, 2022). A existência dessa iniciativa se relaciona diretamente com o caráter coletivo das sementes crioulas, como sintetiza um entrevistado, extensionista da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA):

“A semente crioula, ela é um trabalho que se perpetua acho que em todos os lugares, porque elas assumem caracteres coletivos de movimentação. Então, há sempre grupos de pessoas, de movimentos que se juntam para fazer. Então, foi a melhor estratégia, foi fundar uma rede territorial”.

Desde então, a Rede Semeam tornou-se organizadora da Feira. A Rede é constituída por agricultores(as) familiares e por membros de organizações sociais e técnicas (Barros *et al.*, 2024). Atualmente, a Rede conta com 22 entidades filiadas (entre elas, cooperativas, movimentos sindicais rurais e organizações não governamentais), presentes em nove cidades, além de agricultores(as) associados(as) distribuídos(as) em sete municípios. Há também sete bancos ou casas comunitárias de sementes e 12 bancos familiares de sementes.

Vale ressaltar que o Agreste Meridional é composto por 26 municípios, conforme indicado na Figura 1. A região tem uma população rural de 270.909 habitantes, majoritariamente formada por agricultores(as) familiares (Balensifer, 2019). Destaca-se economicamente pelo turismo, pelo comércio, pela produção de leite bovino e pela atividade agrícola, com ênfase na produção de feijão. A abrangência da Rede está em uma região menos úmida que a Zona da Mata e menos seca que o Sertão. Por isso, o roçado é a prática agrícola mais comum, sendo o feijão, um importante cultivo. Porém, algumas regiões têm água para irrigação e não dependem apenas das chuvas, o que possibilita também a plantação de hortaliças e de frutas (Barros, Balensifer e Souza, 2022). Este é o território com maior produção de feijão comum, também conhecido como feijão de arranca (*Phaseolus vulgaris* L.) do estado de Pernambuco. Até o ano de 2019, a Rede Semeam já havia identificado 42 variedades de feijão de arranca.

Figura 1. Mapa de Pernambuco com a divisão dos territórios e mesorregiões do estado, com destaque para a região na qual se encontra a Rede Semeam.



Fonte: Adaptado da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (2025).

Das atividades organizativas, a Rede realiza reuniões ordinárias mensais para planejamento e articulações de forma horizontal entre os(as) participantes (Barros; Balensifer; Souza, 2022); mutirões para o fortalecimento das relações comunitárias em torno das sementes crioulas (Lima, 2024a); e o acompanhamento técnico das famílias guardiãs de sementes (Lima, 2024b).

Das ações de fortalecimento que a Rede tem realizado destacam-se:

- As feiras anuais de troca de sementes crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco;
- Os seminários anuais regionais de sementes crioulas (Lima, 2024a), que têm se constituído em espaços de intercâmbios¹ entre as(os) agricultoras(es) do território (Lima, 2024b);
- O recebimento de pesquisadores(as) acadêmicos(as) que atuam com metodologias participativas nas comunidades (Lima, 2024a), fundamentais para o levantamento e a sistematização das variedades de cultivos presentes no território (Barros; Balensifer; Souza, 2022);
- A implementação de iniciativas de comercialização da produção crioula (Lima, 2024a; 2024b);
- A criação e o apoio a Bancos Comunitários de Sementes (BCS) (Lima, 2024a); e
- A criação e o apoio a unidades participativas de multiplicação de sementes (Lima, 2024a; 2024b), onde ocorrem mutirões e momentos coletivos de preparo do solo e das sementes, plantio e coleta, para a reprodução e a propagação de sementes crioulas (Barros; Balensifer; Souza, 2022).

As feiras de trocas de sementes e os seminários anuais constituem atividades de grande importância da Rede Semeam. Os seminários ocorrem, em geral, no primeiro semestre do ano, geralmente no mês de abril, enquanto as feiras são realizadas no segundo semestre, normalmente em novembro.

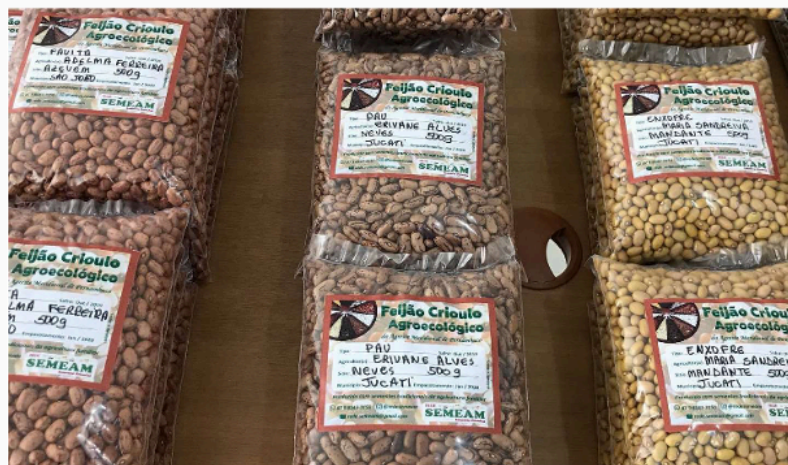
As feiras de trocas de sementes reúnem cerca de 300 pessoas da região e são percebidas como fundamentais para a conservação das variedades crioulas de feijão e para a manutenção da agrobiodiversidade local (Lima, 2024b). Além da troca de sementes, na feira também acontecem rodas de conversas, manifestações culturais e a oferta de alimentos preparados ou processados a partir dessas variedades, permitindo que muitas pessoas tenham a oportunidade de provar produtos que nunca haviam consumido (Barros *et al.*, 2024).

Os seminários anuais, por sua vez, reúnem agricultores(as), pesquisadores(as), representantes de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, além de organizações e instituições que atuam na conservação e na valorização da agrobiodiversidade no estado de Pernambuco. Esses encontros fortalecem o intercâmbio de saberes e experiências entre sujeitos do campo e da cidade, ao mesmo tempo em que promovem o debate de estratégias de articulação para a conservação das sementes crioulas (Rede Semeam, 2021). Além disso, os seminários são realizados em diferentes municípios integrantes da Rede, o que contribui para envolver a administração pública local nos processos de organização e fortalecimento dessas ações (Barros; Balensifer; Souza, 2022).

¹ Metodologia que consiste em conduzir um grupo de agricultoras(es) de uma comunidade para conhecer outra experiência em outro local, o que descentraliza o processo de ensino aprendizagem do técnico extensionista. Nessas visitas também ocorrem trocas de sementes, aumentando a variedade nos Bancos Comunitários de Sementes (BCS), trabalho coletivo, cooperação e solidariedade entre os(as) agricultores(as) (Balensifer; Medeiros; Lima, 2019).

Além dessas iniciativas, em 2019, foi iniciado o Projeto Feijão Crioulo Agroecológico, criado para valorizar e ampliar a produção de variedades tradicionais de feijão no Agreste Meridional de Pernambuco (Figura 2).

Figura 2. Comercialização do feijão crioulo agroecológico pela Rede Semeam em 2019.



Fonte: Barros; Balensifer; Souza (2022).

Agricultores(as) da região costumam concentrar a produção nos feijões preto e carioca, vendidos a atravessadores por preços pouco vantajosos (Balensifer, 2019). Sendo os supermercados os principais locais de compra de alimentos no Brasil, há uma pressão direcionada à padronização e à homogeneização da cultura alimentar (Matioli e Peres, 2020), acarretando na exclusão de variedades de feijões. Com isso, a comercialização dos feijões crioulos fica restrita a mercados alternativos de comercialização, feiras de produtos orgânicos e eventos diversos, como seminários, encontros de agricultores, eventos acadêmicos e feiras de sementes crioulas (Lima, 2024b). Em entrevista realizada com extensionista de Ater, ele comenta:

“Hoje, se você for para uma prateleira de supermercado, a maior parte do setor de feijão vai estar preenchido com pacote de preto e carioca. Preto também tem diversas variedades de feijão preto, mas a título de consumidor é aquilo, é feijão preto e carioca. E a gente tem uma diversidade genética muito grande de feijões, porque o feijão é americano, sul-americano, centro-americano, e grande parte dessas variedades não são encontradas na grande cadeia do feijão, que vai para as grandes redes de supermercados, não vai! Isso fica na propriedade do agricultor ou às vezes é conhecido ali no município e isso foi uma coisa que nós estamos há 10 anos tentando fazer aqui no agreste meridional, que é dar evidência a essas diversidades de feijões que existem aqui, que são plantadas aqui, nós temos feijão já tranquilamente, que é plantado há 150 anos, algumas variedades, certo? E que a população às vezes até, algumas pessoas conhecem, outras não, porque quem vai para um supermercado só vai comprar isso, que é o que tem lá na prateleira. Então, a gente tenta apresentar, ‘ó, isso aqui é um feijão do nosso território, para experimentar’. O projeto Feijão Crioulo Agroecológico é isso, é tentar mostrar para os consumidores que existem outros feijões, feijões

coloridos, feijões diferentes, que fazem parte da nossa agricultura daqui, e que não é de hoje”.

E completa: “*A gente quer fazer conservação, mas a gente maneja, resgata variedades, mas a gente quer colocar isso também como produto para a população*”. Esse cenário evidencia os desafios também destacados na ‘Agenda para Ação’ na dimensão ‘Abastecimento e Demanda’, marcada pela concentração dos canais de venda, pela padronização da oferta alimentar e pela baixa visibilidade das variedades crioulas nos sistemas convencionais de abastecimento (Idec, 2022).

As vendas vêm crescendo: foram comercializados 120 kg em 2019, 160 kg em 2022 e 240 kg em 2023, abrangendo 14 variedades diferentes (Balensifer, 2025). A produção é vendida principalmente na Feira da Agroecologia e da Agricultura Familiar (Agrofeira) em Garanhuns-PE (Barros; Balensifer; Souza, 2022; Lima, 2024b) e em Recife, no Armazém do Campo e na Agroecoloja do Centro Sabiá, além das feiras e eventos em que a Rede Semeam é convidada a participar. Esses espaços alternativos de venda incorporam valores sociais, culturais e ecológicos na comercialização de alimentos, que contribuem na construção de um sistema agroalimentar contra-hegemônico. O projeto demonstra o potencial de criação de novos canais de comercialização para as diferentes variedades de feijão crioulo (Guia Alimentar na Ater, 2025).

Entretanto, é necessário ganhar escala de comercialização, sobretudo tendo o apoio das políticas públicas (Lima, 2024b), além de subsídios para a produção agroecológica. Um dos desafios atuais do projeto é a implantação de uma unidade de beneficiamento do feijão, o que permitiria ampliar a escala de produção.

O fortalecimento dos BCS também é prioridade para a Rede. Esses bancos são formas de organização social em que agricultoras(es) associadas(os) realizam empréstimos anuais de sementes, devolvendo-as após a safra na mesma quantidade retirada ou com algum acréscimo, contribuindo para ampliar os estoques. Esta prática fortalece o trabalho coletivo local e promove intercâmbios de conhecimento entre os bancos, além de assumirem grande importância diante da intensificação de eventos climáticos extremos. Essas formas de organização social têm como base a atuação dos homens e das mulheres do meio rural responsáveis pela manutenção e continuidade das variedades de sementes crioulas, reconhecidos(as) como guardiões(ãs) das sementes. Esses sujeitos, contam com bancos ou casas comunitárias de sementes que contribuem para a preservação da diversidade alimentar e para a promoção da saúde (França, 2023).

Segundo Lima (2024b), os principais motivos para a guarda de sementes estão na seguinte ordem de importância: (1º) garantia de produção, (2º) consciência de patrimônio, (3º) não dependência da distribuição governamental, (4º) herança e (5º) sabor e palatabilidade. Essas respostas expressam a valorização da conservação da memória biocultural frente ao mercado.

O Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) é um apoiador permanente da Rede por meio da sua atividade de Ater (Barros *et al.*, 2024) e disponibiliza espaço para a sede, que fica em Garanhuns, onde ocorrem reuniões, formações e apoio para a seleção e o empacotamento de grãos. Na sede também está a Unidade Participativa de Multiplicação de Sementes Crioulas.

A questão financeira para a manutenção da Rede é um desafio, principalmente para a promoção da feira de trocas de sementes e de visitas de intercâmbios. A Rede Semeam não se enquadra enquanto pessoa jurídica e se mantém com as contribuições anuais dos organizadores filiados (Barros *et al.*, 2024) e do Projeto Feijão Crioulo Agroecológico (Balensifer, 2025).

Algumas iniciativas evidenciam a ampliação dos circuitos solidários de circulação das sementes crioulas, fortalecendo redes territoriais de conservação e uso da agrobiodiversidade. Alguns exemplos são: a aquisição expressiva de sementes da Rede Semeam realizada pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá² destinadas ao abastecimento de casas de sementes nos territórios do Agreste Central e Setentrional; e a Cooperativa de Trabalho Agrícola, Assistência Técnica e Serviço (Cooates), que já efetuou a compra de sementes para a região de Barreiros, na Mata Sul de Pernambuco.

Ainda no âmbito financeiro, outro desafio consiste em garantir a permanência do trabalho das(os) agricultoras(es) com qualidade, como destacou uma das coordenadoras da rede à época:

“[...] é preciso que a gente acesse projetos, para que a gente tenha os insumos na roça. Porque, como a gente, no nosso roçado mesmo, é o segundo ano do roçado comunitário. Foi o ano passado, porque teve insumo [...], teve estrume de gado. Então, precisa de um incentivo tanto pra tração e aração de terra, como tratorito, adubo, [equipamento de proteção individual] EPI para os trabalhadores, tudo isso. Às vezes, as pessoas não têm uma bota. E precisa, vai trabalhar de qualquer jeito. Tem que estar assegurado na roça. E também a tecnologia do melhoramento do solo”.

O trabalho específico da Rede é voluntário, não há remuneração para a sua organização, como relatou o agente de Ater:

“[...] o que move as pessoas que estão na Rede é esse afeto, esse amor pelas sementes, pelo trabalho, pela causa. Então, é um trabalho muito de militância afetiva no tema das sementes, que as pessoas se vinculam à Rede porque querem estar nesse grupo”.

Mas também ponderou:

² Organização que atua na Caatinga e na Mata Atlântica de Pernambuco para a promoção da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais por meio da agroecologia (Centro sabiá, 2021).

“A minha olhada na assistência técnica vai pra isso. Pra tentar ficar fazendo alternativas pra sementes crioulas. Pra que elas possam apresentar viabilidade também pros agricultores, sabe? Porque... Eu acho difícil a gente exigir que um amigo [...] fique plantando no sítio dele só por amor”.

A viabilidade comercial dos feijões crioulos é a maior dificuldade enfrentada, sendo o principal motivo da migração dos(as) agricultores(as) para a agricultura convencional, como comentou o agente de Ater:

“[...] nós temos agricultores hoje que até estavam nesse sistema há pouco tempo, plantando sua fava com milho, com jerimum, com feijão crioulo, e de repente ele muda o desenho da propriedade e começa a plantar uma monocultura de milho para o prato ilógico. Mudou o sistema de produção, muda, dessa forma, o sistema alimentar. Ele tinha muito mais coisas na sua propriedade, teve diversidade, hoje só está tendo menos coisas. Ou ele está investindo nesse milho comercial, que é o que tem de mercado aqui. De fato, o mercado está todo pronto para o milho comercial. [...] eles falam muito de plantar milho para a silagem dos animais. Isso está modificando as paisagens de certa maneira e está convertendo alguns agricultores que preferem ir para esse lado, acham que estão tendo talvez um maior retorno financeiro do que manter-se com suas culturas crioulas. Isso é desafiador pra nós também”.

O que as(os) agricultoras(es) recebem corresponde ao valor do feijão comercializado com o projeto, estabelecido a partir de uma relação de venda diferenciada, que preserva a identidade e o sentimento de pertencimento ao processo produtivo, conforme observado na explicação do agente de Ater:

“Às vezes, esse agricultor que vendeu o feijão, ele tá no mutirão aqui também pra empacotar com a gente, entendeu? E ele fica feliz quando ele vê que o feijão dele tá com um rótulo com o nome dele, tá ali, Rede Semeam, mas tá o nome dele, o sítio, a comunidade, de onde ele veio, porque o nosso rótulo é bem descritivo, mostra onde foi a origem mesmo e quem produziu o feijão. E aí, ele é componente do processo, ele não é só vender uma mercadoria para nós”.

Outro desafio encontrado pela Rede é o envolvimento do poder público, em especial a nível municipal e estadual, bem como dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS), na valorização das sementes crioulas e dos BCS (Balensifer; Medeiros; Lima, 2019). Por outro lado, a harmonia entre os participantes da Rede é apontada como a grande responsável pela sustentabilidade do projeto.

A Rede tem participado cada vez mais de espaços de troca que interagem com a diversidade de saberes populares e científicos, por exemplo, o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), que em 2025, foi possível ter a presença de cerca de dez agricultores para representar a Rede. Destaca-se também a *Caatinga Climate Week*, evento que reúne lideranças locais, povos tradicionais, especialistas e organizações globais para promover intercâmbios, aumentar a visibilidade do bioma e fomentar soluções baseadas em saberes locais (Centro sabiá, 2025).

A Rede Semeam busca romper com contradições do sistema agroalimentar hegemônico. Como descrito em Lima (2024b), é comum que um agricultor venda toda sua produção de feijão (não crioulo) para os armazéns de distribuição local e, ao longo do ano, precise comprar feijão para seu próprio consumo. E, quando se aproxima a safra seguinte, ele ainda adquire sementes a preços elevados no mesmo local para onde vendeu toda sua produção da safra anterior. Essa dinâmica evidencia uma disfunção na lógica comercial das sementes, afastando-se da prática campestre de plantar, colher, guardar sementes para a próxima safra e só então comercializar os grãos/sementes. Ao manter a lógica tradicional, os(as) agricultores(as) garantem a conservação de suas variedades e maior segurança alimentar e nutricional e econômica para as famílias. O apoio aos(as) guardiões(as) de sementes, aos BCS e à toda estratégia que apoia a existência e a resistência das sementes crioulas, incluindo a sua comercialização, é fundamental para a substituição da monotonia que marca o sistema agroalimentar global por práticas mais justas e sustentáveis, com destaque para a redução da dependência do setor agrícola das grandes corporações e o aumento da variedade alimentar.

Desta forma, percebe-se a articulação, de maneira integrada, com as dimensões da 'Agenda para Ação' (Idec, 2022):

- Ecológica: Ao conservarem as variedades dos territórios, ao cuidar da sociobiodiversidade e ao usar práticas de baixo impacto ambiental (Idec, 2022).
- Negócios: Ao demonstrar a possibilidade econômica do feijão crioulo, a partir da criação de circuitos curtos de comercialização com o apoio de parceiros e espaços abertos para essa lógica produtiva e a construção de relações comerciais mais justas para as(os) agricultoras(es) .
- Abastecimento e Demanda: Uma vez que promovem o acesso a alimentos adequados e saudáveis a partir da valorização da cultura e da tradição alimentar, articulando circuitos curtos e iniciativas comunitárias.

A experiência afirma a relevância do cuidado e da preservação das sementes crioulas com vistas à soberania alimentar, à manutenção da biodiversidade e à continuidade dos saberes ancestrais que sustentam a vida no campo. Evidencia, também, a importância de uma Ater pública, de qualidade e comprometida com a agroecologia, capaz de fortalecer os(as) agricultores(as), promover práticas sustentáveis e garantir que a ciência esteja a serviço do bem comum e da reprodução da vida. Essa atuação integrada entre saberes populares e científicos é essencial para a construção de sistemas alimentares mais justos, resilientes e enraizados nos territórios.

Conheça mais em:

Youtube: <https://www.youtube.com/@RedeSEMEAM>

Instagram: @redesemeam

Mulheres quilombolas e quintais produtivos: uma experiência da região norte

Adentrar a alimentação quilombola implica discutir um conjunto de elementos interligados, que vão desde os processos de preservação de sementes de milho não modificadas geneticamente até as tecnologias sociais empregadas na produção dos alimentos, como o uso de pilões, moinhos e da folha da bananeira. Envolve também as técnicas culinárias, as memórias e histórias das pessoas e do território, a relação entre as cozinhas e os quintais produtivos, bem como a resistência das receitas ao longo dos anos. Essa resistência se configura como uma forma de enfrentamento aos valores do capitalismo neoliberal, que frequentemente classifica essas preparações como obsoletas, simples, “de pobre” ou ultrapassadas, desconsiderando seus profundos significados culturais, sociais e políticos.

O PNAE constitui-se como uma política pública que contribui diretamente para a realização da segurança alimentar e nutricional (SAN). Para cumprir esse papel, o Programa deve, necessariamente, atender a garantia do acesso a uma alimentação adequada e saudável. Nesse sentido, a alimentação escolar precisa respeitar as tradições e os hábitos alimentares dos diferentes povos e comunidades, valorizar a sociobiodiversidade dos territórios e reconhecer as pessoas que atuam em todas as etapas dos sistemas alimentares. No que se refere à aquisição dos alimentos, destaca-se a Nota Técnica nº 3/2020/6ª CCR/MPF, que resultou na ampliação do reconhecimento de alimentos provenientes de povos e comunidades tradicionais. Essa iniciativa é fruto do trabalho da Mesa de Diálogos Permanente Catrapovos Brasil, projeto coordenado pela Câmara de Populações Indígenas e Povos Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF), e representa um avanço na valorização de sistemas alimentares tradicionais no âmbito das compras públicas (MPF, 2020).

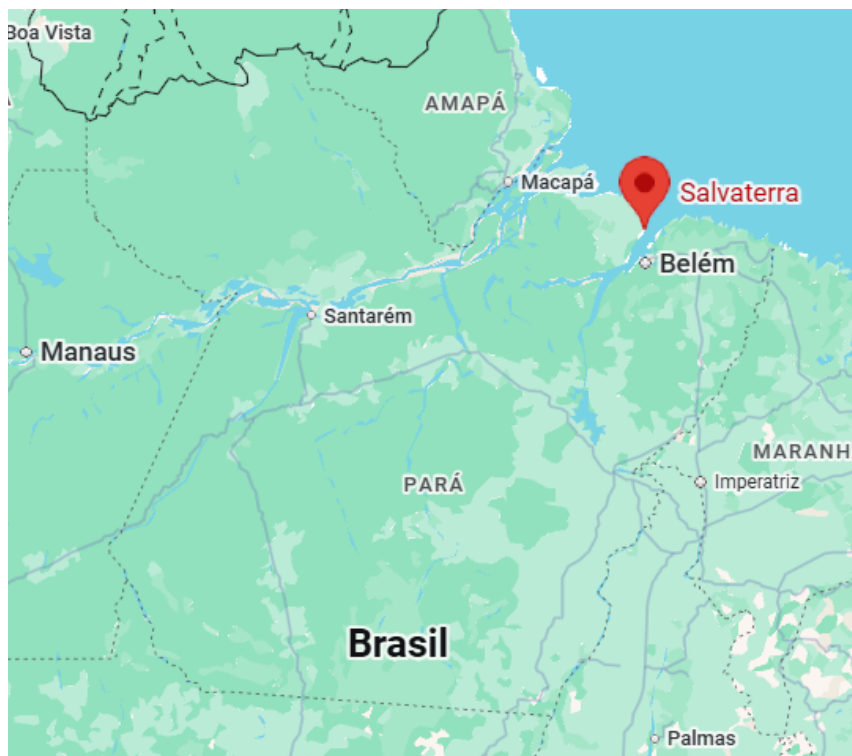
Para além do fornecimento de refeições, o PNAE incorpora em suas diretrizes a educação alimentar e nutricional (EAN) como parte do processo de ensino e aprendizagem, em diálogo permanente com o currículo escolar. A EAN amplia o entendimento da alimentação como prática social, cultural, histórica e política, contribuindo para a formação crítica dos estudantes e para o fortalecimento dos vínculos entre escola, território e comunidade.

A experiência apresentada neste texto é situada no quilombo Vila União/Campina, no município de Salvaterra, em Marajó (Figura 3), e articula os quintais produtivos liderados pelas mulheres das famílias com o PNAE e o abastecimento local de alimentos.

O território é auto reconhecido como quilombola e ainda não titulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (Costa e Medeiros, 2025)³.

³ De acordo com o último censo demográfico, o Brasil possui quase seis mil comunidades quilombolas espalhadas em todo território nacional, dessas, apenas 147 foram tituladas (IBGE, 2023).

Figura 3. Localização do município de Salvaterra.



Fonte: Google Maps, 2026.

Esta comunidade é atravessada pela rodovia PA 154, uma das principais da região para o escoamento agropecuário. Ela foi construída desconsiderando o modo de vida quilombola, ampliando as atividades comerciais e reduzindo significativamente as áreas de roça. A falta de acesso à terra é ainda um dos indicadores do racismo estrutural e fundiário do país, que têm impacto direto sobre a alimentação, em especial por impedir a realização de suas práticas tradicionais de agricultura. É também uma forma de realizar pressão para a integração do território quilombola à economia global (Costa e Medeiros, 2025), compreendida como neocolonialismo (Mbembe, 2018), que busca transformar o espaço físico e as relações sociais, econômicas e culturais desses territórios (Costa e Medeiros, 2025). Essa lógica também encontra eco no discurso de Fanon (2020), que relata que a violência que se estrutura do colonialismo não se encerra com a independência política, mas se reatualiza e se perpetua por meio de novas formas de dominação, frequentemente encobertas por discursos de desenvolvimento e progresso.

O Núcleo de Ação e Resistência Quilombolas de Vila União/Campina (Narq) é formado por mulheres e tem uma frente de trabalho voltada para a questão alimentar. Após trabalhos com rodas de conversas sobre a memória da comunidade, essa frente submeteu um projeto para a melhoria das estruturas nos quintais das comunidades ao edital de apoio financeiro do Fundo Casa Socioambiental, aprovado em 2020. Este trabalho resultou no aumento da produção e da diversidade de cultivos e animais destinados à alimentação. A partir disso, a feira quilombola foi estruturada, sendo hoje

frequentada pela própria comunidade e pessoas que residem no entorno. Nela, além de alimentos in natura, são comercializados artesanatos e preparações culinárias com alimentos produzidos nos quintais. No fim da feira, é possível observar as mulheres realizando trocas de alimentos que não foram vendidos.

Diante da expressiva produção dos quintais, o Narq passou a incentivar a participação da comunidade na comercialização de alimentos para o PNAE. Antes da inserção desses alimentos no Programa, uma integrante do Narq, ao desenvolver um estudo acadêmico sobre a alimentação escolar da comunidade, identificou que a alimentação ofertada pela escola apresentava poucas mudanças em relação ao período em que ela própria foi estudante, quando já havia falta de diversidade e quantidade insuficiente. Ela estudou na escola entre 1996 e 2000, realizou estágio na mesma escola em 2019 e iniciou sua pesquisa de mestrado em 2023. Ela relatou:

“[...] é uma alimentação que, apesar de todo o esforço que a escola faz, que os professores fazem, que a merendeira faz, de estar fazendo com poucos ingredientes, refeições diferentes, é uma alimentação que falha, que não chega no dia que deve chegar, é uma alimentação que não é suficiente, uma alimentação que acaba criando uma monotonia, né? Onde a maior parte do tempo as crianças, elas tomam mingau, ou suco com bolacha. Isso no ano que eu tô fazendo a minha pesquisa”.

Em 2022, com o apoio do Instituto de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (Ineaf/UFGPA), do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar do Pará (Cecane-Pará), da associação comunitária e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), iniciou-se um processo formativo voltado à inserção como fornecedoras do PNAE e obtenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Em 2025, as mulheres foram incluídas como fornecedoras do PNAE. Essas conquistas contribuíram para o fortalecimento de um grupo de mulheres, que se mantém articulado e unido.

Segundo o relato de uma das integrantes do Narq, a entrega dos alimentos foi marcada por forte envolvimento afetivo: *“uma comoção só, assim, das crianças vendo as mães, as tias chegando com os alimentos para entregar na escola”.*

Os alimentos fornecidos ao PNAE incluem alimentos in natura (principalmente coentro, cebolinha, jerimum, pimenta e couve), além de produtos beneficiados (minimamente processados), como farinha de mandioca e goma de tapioca. Não foi possível, entretanto, atender às exigências formais necessárias para o fornecimento de alimentos de origem animal.

Os resultados alcançados superam os limites territoriais da comunidade, uma vez que o Narq passou a receber contatos de outros territórios interessados em compreender o processo de inserção no PNAE. A presença da alimentação quilombola no Programa pode ser considerada consolidada, uma vez que a comunidade já vem sendo consultada por responsáveis pela alimentação escolar acerca dos cultivos disponíveis para

fornecimento em diferentes períodos do ano para orientar a chamada pública da aquisição dos alimentos.

A partir dessas mudanças na alimentação da escola da comunidade, com a inserção de alimentos locais e a percepção de um ambiente mais seguro para o desenvolvimento de ações de EAN, essa pesquisadora foi convidada pela diretora da escola a realizar, em conjunto com a comunidade escolar, uma intervenção com as crianças sobre soberania alimentar e a inserção da alimentação local no cotidiano escolar. Assim surgiu uma sequência didática⁴ sobre alimentação, que, em suas palavras:

“Nós falamos sobre alimentos da comunidade e como que esses alimentos são alimentos que a gente sabe a origem, que são alimentos que são cultivados no quintal pelas mães, pelos pais, pelos tios. E no meio disso, a gente vai discutindo sobre a importância de a gente também proteger essa alimentação da comunidade e também sobre a importância dessa alimentação da comunidade de chegar na escola. Se a comunidade tem quintais, tem roças, tem matas que produzem, onde a comunidade consegue fazer coleta e cultivo de vários alimentos, por que esses alimentos não chegam até a escola?”.

Essa sequência didática foi intitulada como “Raízes do quilombo: vamos falar de mandioca?!” e utilizou a letra de um carimbó de Pinduca, “Garota do tacacá”.

Garota do Tacacá

Pinduca

Oi, mexe, mexe, menina

Pode mexer sem parar

Você agora é a minha

Garota do tacacá

Rala, rala a mandioca

Espreme no tipiti

Separa a tapioca

⁴ Em linhas gerais, sequência didática trata-se de um conjunto de atividades que dialogam entre si e que têm como finalidade alcançar um objetivo didático específico. Essas atividades articuladas compõem uma unidade. A sequência pode ser organizada em torno de um gênero textual (oral ou escrito), um conteúdo específico ou um tema interdisciplinar, envolvendo diferentes componentes curriculares (Zabala, 1988).

Apara o tucupi

Prepara meu tacacá

Gostoso como o açaí

A experiência do quilombo Vila União/Campina integra os quintais das comunidades protagonizados pelas mulheres quilombolas, a construção de uma feira na região, a inserção de mulheres como fornecedoras do PNAE e o trabalho de EAN nas escolas da comunidade. Desta forma, percebe-se a articulação, de maneira integrada, com as dimensões da ‘Agenda para Ação’ (Idec, 2022):

- ‘Abastecimento e Demanda’: ao fortalecer os circuitos locais articulando a produção dos quintais comunitários, a realização de uma feira local e o fornecimento de alimentos ao PNAE;
- ‘Negócios’: ao viabilizar a inserção produtiva das mulheres quilombolas nesses circuitos, a experiência contribui para a geração de renda e para a valorização econômica do trabalho feminino;
- ‘Saúde’: ao incorporar os alimentos na alimentação escolar e associar as ações de EAN, promove uma alimentação adequada e saudável; e
- ‘Governança’: ao sustentar essas ações a partir do acesso e da articulação com políticas públicas, do diálogo com universidades, serviços de assistência técnica e extensão rural e organizações comunitárias, construindo arranjos institucionais territorializados.

Apesar das profundas transformações vivenciadas no território, a identidade coletiva permanece afirmando-se como elemento central na sustentação das lutas quilombolas, sendo a escola um dos espaços potentes para a realização destes debates, desempenhando papel significativo na formação (Costa e Medeiros, 2025). É nesse arranjo de resistência que se insere a experiência de EAN apresentada neste texto.

Um dos desafios apresentados para a continuidade da experiência é como lidar com a burocracia. Como disse uma integrante do Narq:

“O primeiro desafio, enquanto comunidade quilombola é lidar com a burocracia toda, né? É muita documentação, é muito papel, um monte de sigla, né? [...] é um monte de documento que tem que ler, que tem que se organizar, é uma linguagem que é uma linguagem que não está na realidade das comunidades [...]. eu acho que essa parte documental, para a entrada, ela é a parte mais difícil, inclusive era algo que tirava as comunidades desse mercado, e continua tirando, tanto que a gente está agora com várias ideias e projetos para a gente conseguir expandir essa formação que foi feita na comunidade para outras comunidades”.

A questão orçamentária também aparece como um desafio, pois o Narq é mobilizado por trabalho voluntário e essas mulheres precisam ter outras atividades para sua reprodução social.

A partir dessa experiência, é fácil ter a percepção de uma relação com a alimentação que não é apenas mediada por aspectos financeiros, resistindo e se opondo ao modelo dominante que preconiza o afastamento de quem produz e quem come. Nessa experiência, a comercialização dos alimentos mobiliza e fortalece toda a comunidade. E mais, os alimentos têm identidade, se conhece quem plantou e quem cuidou.

A experiência se põe em concordância com o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014) e busca fortalecer as raízes alimentares, as preparações culinárias em detrimento dos ultraprocessados e, assim, reverenciar a memória e a história alimentar desse povo.

Conheça mais em:

Instagram: @narqcampina

A institucionalização de um ticket de alimentos da agricultura familiar: uma experiência da região sul

A experiência do *Ticket Alimentos da Agricultura Familiar (TAF)*, implementada desde 2022, consiste na concessão de um cartão com um saldo mensal destinado aos(as) servidores(as) municipais para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. A iniciativa é desenvolvida no município de São José do Norte, localizado no estado do Rio Grande do Sul, com uma área territorial de 1.072,338 km² e população estimada de 26.248 pessoas (IBGE, 2025).

Figura 4. Localização do município de São José do Norte, Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE (2025).

A iniciativa tem como objetivo escoar a produção de agricultores(as) familiares e pescadores(as) de pequena escala da região, ao mesmo tempo em que estimula a diversificação produtiva (ACS, 2024) e promove uma alimentação adequada e saudável para aproximadamente mil servidores(as) públicos(as) municipais. Os(as) servidores(as) recebem um cartão para realizar sua compra mensal direto com os(as) produtores(as) e pescadores(as) (Figura 5).

Figura 5. Cartão/ticket de alimentos para recebimento de valor mensal para a compra direto de produtores(as).



Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Norte, 2024.

Em relação às práticas produtivas, embora não haja obrigatoriedade de produção orgânica ou agroecológica para participação no TAF, a assistência técnica à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater/RS-Ascar) orienta o uso de manejos menos agressivos ao meio ambiente. Além do mais, por se tratar de uma política de abastecimento de base local, o programa também contribui para a redução dos impactos ambientais associados ao transporte de alimentos, fortalece a economia local e valoriza os(as) produtores(as) rurais e pescadores(as) do território (ACS, 2024; Fulber, 2025).

A experiência tem promovido maior aproximação entre produtores(as) e consumidores(as), fortalecendo vínculos sociais e ampliando o diálogo entre campo e cidade, conforme expresso na fala de agente de Ater:

“Esse processo de diversificação influenciou na melhoria da qualidade da alimentação, tanto dos agricultores quanto dos funcionários públicos. Dos agricultores porque eles já tinham o hábito de fazer a diversificação para eles, de

acordo com a cultura deles. O funcionalismo público vem com algumas outras ideias e demandou para esses agricultores outros produtos. [...] a aproximação das pessoas é uma das coisas que me chama bastante a atenção”.

Conforme destacado por uma técnica da Emater/RS-Ascar durante entrevista, a diversificação da produção sempre esteve presente nas unidades familiares como estratégia voltada ao autoconsumo, porém não havia, historicamente, o hábito da comercialização desses produtos. O programa cria, assim, um mercado institucional que estimula as famílias a ampliarem e a diversificarem sua produção ao longo do ano, favorecendo tanto a inserção econômica quanto a ampliação da oferta de alimentos no território.

A experiência do TAF evidencia o potencial de induzir transformações nos sistemas alimentares locais por meio da articulação da produção, do consumo e das relações sociais. Também fica clara a influência da vontade política para tais transformações, demonstrando grande potencial de replicabilidade em outros municípios do país.

A iniciativa foi instituída por meio da Lei Municipal nº 968, de 24 de março de 2022 (Município de São José do Norte, 2022), o que garantiu sua continuidade mesmo diante de mudanças na gestão municipal. Para sua operacionalização, foi necessária a contratação de uma empresa responsável pela gestão do *ticket*/cartão, processo que envolveu três licitações até que fosse possível iniciar a execução. O programa teve início em agosto de 2022, com valor mensal de R\$ 20,00 por servidor(a), sendo posteriormente reajustado para R\$ 40,00 a partir de fevereiro de 2024 (Prefeitura Municipal de São José do Norte, 2022; Secretaria da Agricultura e Pesca, 2025).

Os(as) produtores(as) interessados(as) em participar do TAF realizam cadastro junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca. O programa contempla agricultores(as) familiares, feirantes, cooperativas, agroindústrias familiares, pescadores(as) artesanais e comunidades quilombolas do município. As compras podem ser realizadas diretamente com os(as) produtores(as), por meio de contato disponibilizado pela prefeitura, ou na feira de hortifrutigranjeiros localizada no centro da cidade (Prefeitura Municipal de São José do Norte, 2025). Atualmente, mais de 40 famílias estão cadastradas no programa, embora nem todas comercializem de forma contínua, em função da sazonalidade das culturas produzidas de cada unidade familiar.

A Ater pública, desempenhada pela Emater/RS-Ascar, constitui elemento estruturante do TAF. A atuação da extensão rural envolve desde a divulgação da política e a orientação sobre os processos de cadastramento até o acompanhamento técnico da produção e da comercialização. Conforme relatado na entrevista, esse trabalho ocorre por meio de atendimentos individuais e coletivos, da articulação com associações, cooperativas e conselhos municipais, além da participação ativa em espaços como o Conselho Municipal da Produção, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) e outros fóruns locais. A Ater também desempenha papel central na motivação contínua para a diversificação produtiva e na inclusão de novas famílias no programa.

O TAF constitui uma experiência de gestão alimentar local que combina institucionalização legal, participação social e mediação técnica, permitindo a construção de sistemas alimentares territorializados, resilientes e socialmente legitimados. Instituído por legislação municipal e sustentado por espaços participativos, o programa se constrói de forma processual articulando diferentes atores (gestores(as) públicos, extensionistas, agricultores(as) e consumidores(as)) na definição de regras, práticas e prioridades.

O programa também apresenta potencial de ampliação a partir da inclusão de produtos beneficiados e da participação de agroindústrias familiares, algumas das quais se encontram em processo de regularização sanitária e de inserção em programas estaduais. Segundo os relatos, a agregação de valor aos produtos é compreendida como um desafio e, ao mesmo tempo, como uma perspectiva de fortalecimento futuro do TAF, desde que acompanhada de apoio técnico e institucional adequado.

Nesse sentido, a experiência dialoga com diferentes dimensões da ‘Agenda para Ação’ (Idec, 2022):

- ‘Negócios’: Ao instituir, por meio de legislação municipal, um mecanismo permanente de compra da agricultura familiar, fortalece o mercado interno e cria condições institucionais para a inserção econômica de produtores(as) locais;
- ‘Abastecimento e Demanda’: Amplia o acesso de trabalhadores(as) a alimentos frescos e diversificados;
- ‘Saúde’: Promove alimentação adequada e saudável com alimentos in natura;
- ‘Ecológica’: pelo estímulo às práticas de menor impacto ambiental e à diversidade produtiva; e
- ‘Governança’: Com as estratégias políticas, como a lei municipal e o fortalecimento dos espaços de participação da sociedade civil.

Experiências semelhantes vêm sendo implementadas em outros municípios, que podem ser encontradas na plataforma de mapeamento de experiências “Agroecologia em Rede” (s.d.). Destacamos a experiência de Içara em Santa Catarina, que instituiu o “Vale Feira” para funcionários do município, iniciativa posteriormente adotada também pela Câmara de Vereadores e pela cooperativa de eletrificação do município. O vale é usado exclusivamente na feira da agricultura familiar do município. Para esta iniciativa, houve a articulação do Sindicato dos Funcionários da Prefeitura e do serviço de Ater da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Nesta feira, podem ser encontrados hortaliças orgânicas, lácteos, pescados e panificados (Agroecologia em Rede, s.d).

O TAF consolida-se como uma política pública de abastecimento alimentar que articula diversificação produtiva, SAN, fortalecimento da agricultura familiar, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local, tendo na Ater pública um de seus principais pilares de sustentação.

Conheça mais em: <https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/pagina/taf>

Consumo militante e transição agroecológica: uma experiência da região sudeste

A Cooperativa Terra e Liberdade (T&L) surgiu em 2016, a partir da articulação entre universitários(as) com interesse em agroecologia e economia solidária e a Regional Grande São Paulo (RGSP) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de comercializar alimentos por meio de circuitos curtos, aproximando produtores(as) e consumidores(as) (Pompeu, 2024). A RGSP do MST é composta por quatro Comunas da Terra:

- Assentamento Dom Pedro Casaldáliga, em Cajamar;
- Assentamento Dom Tomás Balduino, em Franco da Rocha;
- Acampamento Irmã Alberta, em São Paulo; e
- Comuna Urbana Dom Helder Câmara, em Jandira, território urbano vinculado ao MST, mas que não atua como espaço produtor de alimentos (Pompeu, 2024).

As comunas produtoras de alimentos podem ser localizadas no mapa ilustrado na Figura 6.

Figura 6. Localização das Comunas da Terra fornecedoras de alimentos da RGSP.



Fonte: Google Maps (2024).

As Comunas da Terra representam uma proposta de reforma agrária formulada pelo MST entre os anos 1990 e 2000, baseada em uma lógica de Reforma Agrária Popular voltada à sustentabilidade socioambiental e à integração campo-cidade. São territórios de lotes menores em relação aos assentamentos da Reforma Agrária, próximos às regiões metropolitanas, com produção agroecológica e finalidade nacional, por seus impactos positivos de longo prazo nas questões ambiental, social e econômica (Miranda, 2024). A

localização periférica, próxima aos grandes centros, favorece a logística dos circuitos curtos e o diálogo político entre produtores(as) e consumidores(as), fortalecendo a noção de alimentação como ato político (ILS, 2023). A T&L reúne cerca de 60 famílias, os(as) produtores(as) são majoritariamente pessoas idosas com trajetória de luta pela terra. Para esse público, a Cooperativa constitui uma das poucas alternativas viáveis de escoamento da produção e de permanência no campo, sobretudo em razão das dificuldades de locomoção até centros de comercialização e da limitação de acesso a mercados que não dependem de atravessadores. Ao organizar a venda, a T&L passa a desempenhar papel no escoamento da produção da RGSP, articulando diferentes destinos dos alimentos e reduzindo a dependência de mercados convencionais.

Os destinos da produção agrícola das famílias nas comunas da RGSP incluem o consumo familiar, doações, vendas locais (nas proximidades do território), venda por meio da T&L e venda para compras públicas.

A T&L assume um papel de mediação entre a produção e o consumo, mas não se caracteriza como atravessadora, por fazer parte do movimento e não objetivar lucro. A comercialização não se limita à circulação de mercadorias, mas expressa os princípios agroecológicos que orientam o trabalho das famílias agricultoras e a própria concepção de Reforma Agrária Popular defendida pelo MST.

Exemplos dos alimentos in natura ofertados pela Cooperativa, são: almeirão, milho, taioba, manga, banana, couve, mandioca, alecrim, hortelã, louro, poejo, chuchu, catalonia, repolho, rúcula, azedinha, cebolinha, abóbora, erva-doce, erva-cidreira, alface, caqui, abacate, limão rosa, escarola, manjerição, açafraão, limão-siciliano, mostarda, salsinha, alho-poró, ora-pro-nobis, maracujá e acelga. Todas as famílias que realizam a venda por meio da Cooperativa seguem os princípios da agroecologia (Maymone, 2026) e abastecem os(as) consumidores(as) com alimentos da sociobiodiversidade.

Há também alimentos beneficiados (processados e preparações culinárias, segundo a classificação Nova de alimentos, do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014)) comercializados, como “carne” de jaca verde (jaca verde cozida e desfiada), geleias, licores, pães, “queijo” de mandioca, feijão andu e nhoque de mandioca produzidos na RGSP; e suco de uva, café e arroz de outras cooperativas do MST, numa estratégia de cooperação intercooperativa do Movimento. Também produtos artesanais não alimentícios, como cestos, panos, colheres de pau, bucha vegetal, escalda-pés, aromatizadores de ambiente, shampoo e sabonetes.

A diversidade de alimentos ofertados pela Cooperativa T&L se concretiza por meio de distintas modalidades de comercialização, concebidas estrategicamente para fortalecer os circuitos curtos, a relação direta entre campo e cidade e a formação política dos(as) consumidores(as). Cada uma dessas modalidades revela diferentes graus de interação, engajamento e corresponsabilidade entre produtores(as) e consumidores(as). As modalidades são: feiras e eventos; cestas agroecológicas; e locais voltados ao fortalecimento da produção agroecológica e economia solidária.

Feiras e eventos

As feiras acontecem com parcerias institucionais ou da organização popular. Destaca-se a parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc). O Sesc disponibiliza estrutura física, financeira e um momento de roda de conversa com as pessoas que se encontram no local.

Outros locais onde já aconteceram feiras foram o Bar Sol y Sombra, a Cervejaria Catimba, a Casa do Povo e a Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres do Butantã. Além disso, a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) disponibilizou 16 espaços exclusivos para a agricultura orgânica e agroecológica, sendo um deles destinado à T&L, com funcionamento aos finais de semana. Considerando que o entreposto conta com aproximadamente sete mil espaços voltados à comercialização convencional, observa-se que a presença da produção agroecológica ainda é proporcionalmente muito reduzida neste equipamento público.

Esses eventos são concebidos como espaços de encontro e diálogo, com conversas e músicas populares promovendo interação direta entre agricultores(as) e consumidores(as) (Pompeu, 2024).

Nas feiras, por exemplo, busca-se levar produtores(as) das comunas, criando oportunidades de diálogo sobre a produção agroecológica e sobre o sentido mais amplo da luta pela Reforma Agrária. A intenção é evidenciar que essa pauta não diz respeito apenas às famílias assentadas e acampadas, mas à sociedade como um todo, especialmente à classe trabalhadora. No entanto, essa participação nem sempre é viável, seja pelos custos de deslocamento, seja pelas demais tarefas organizativas do movimento ou demandas pessoais envolvidas (Pompeu, 2024).

Cestas agroecológicas

A Cooperativa comercializa cestas quinzenais por meio do seu *website* oficial (<https://terraeliberdade.com>) e dos Grupos de Consumo Militante (GCM). As cestas seguem diferentes formatos:

- Cesta aromática – quatro maços de ervas aromáticas sortidas;
- Cesta de folhas – quatro maços de folhas sortidas;
- Cesta de legumes – 3 kg de legumes sortidos;
- Cesta de frutas – 3 kg de frutas sortidas;
- Cesta mini – hortaliças, salada, tempero, frutas e legumes, totalizando 3 Kg;
- Cesta completa – hortaliças, salada, tempero, frutas e legumes, totalizando 4 Kg; e
- Cesta prática – salada, frutas e legumes, totalizando 2 Kg.

O(a) consumidor(a) escolhe o tipo de cesta, mas não sabe quais alimentos específicos receberá (a variedade vegetal), característica que aproxima a Cooperativa do modelo das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA). Nas CSA, o pagamento costuma ser antecipado e mensal, compartilhando riscos da produção; no caso das cestas, depende

da compra quinzenal, sem o compromisso de se manter (Maymone, 2026). Além disso, em dezembro, ocorre a venda das “Cestas de Natal”, com diferentes composições, agregando outros itens beneficiados da T&L e de outras cooperativas do movimento, livros e itens decorativos.

Locais voltados ao fortalecimento da produção agroecológica e economia solidária

A Cooperativa também participa de redes de comercialização solidária, como o Armazém do Campo (SP), o Instituto Baru e o Instituto Chão, todos voltados ao fortalecimento da produção agroecológica e economia solidária (Maymone, 2026).

A operacionalização dessas formas de comercialização impõe desafios logísticos significativos, especialmente diante da ausência de infraestrutura própria e de recursos financeiros suficientes. A logística emerge, assim, como um dos principais gargalos da Cooperativa, exigindo soluções improvisadas, redes de apoio e intenso trabalho militante para garantir a circulação dos alimentos.

Para facilitar a logística, a Cooperativa utiliza um entreposto cedido pelo Sindicato dos Químicos, com refrigerador localizado no bairro da Lapa (SP). Também possuem apoiadores que têm carro e dois coletivos de cicloentregadoras (Señoritas e Bikersp) para fazer a logística. Nos GCM, há a entrega em um local específico e a distribuição é auto-organizada pelos(as) componentes. As vendas pelo *website* permitem que o(a) consumidor(a) escolha o endereço de entrega dentro de uma região pré-determinada em que a logística possa alcançar (Maymone, 2026).

A Cooperativa não possui automóveis suficientes e com a qualidade necessária para o transporte de alimentos. O produtor entrevistado, apesar de ter falado com entusiasmo sobre os esforços dos(as) trabalhadores(as) da Cooperativa, refletiu que a logística é de fato um desafio: “[...] *tamo improvisando também, né, [...] se a gente não tem transporte que dê pra fazer uma viagem, a gente faz em 10, né [...]*”.

Quando a produção das comunas não é suficiente, o que acontece com certa frequência na produção de frutas, a Cooperativa aciona o Instituto Terra Viva, parceiro que apoia agricultores(as) em transição agroecológica na região de Sorocaba (Pompeu, 2024).

As limitações logísticas e territoriais da Cooperativa influenciam diretamente o perfil do público consumidor alcançado pelas diferentes modalidades de venda. Analisar quem consome os alimentos da T&L permite compreender o alcance social, revelando as desigualdades que atravessam o acesso à alimentação agroecológica.

Estudos de Pompeu e Tofanelli (2023) apontam que as vendas se concentram em um público de classe média, não alcançando nem os(as) consumidores(as) de alta renda nem os setores pauperizados. As hipóteses levantadas são:

1. As classes mais abastadas preferem mercados mais especializados com maior possibilidade de escolher a variedade e a estética do alimento; e
2. Motivações ideológicas levam parte desse público a evitar produtos do MST.

Entre os(as) compradores(as) das cestas entrevistadas por Maymone (2026), todos relataram preços mais baixos que os do mercado. Mas, mesmo com o esforço da Cooperativa em manter os valores acessíveis, a classe trabalhadora mais pauperizada ainda não acessa esses produtos, que em partes é explicado por questões logísticas que dificultam uma distribuição ampla nas periferias urbanas. Ademais, embora a dinâmica da cooperativa possibilite a realização de doações frequentes a espaços como a Casa de Oração do Povo de Rua e a Terra Indígena Jaraguá, ampliando o acesso a alimentos de qualidade para populações em situação de maior vulnerabilidade, essas iniciativas solidárias não são suficientes para superar as barreiras estruturais de acesso.

A garantia de alimentos sem veneno, a preços justos e com trabalho digno, depende de políticas públicas que sustentem a transição agroecológica e ampliem, de forma estruturada, o alcance dessas experiências, como preconizado na dimensão 'Governança' da 'Agenda para Ação' (Idec, 2022). Isto evidencia a necessidade de fortalecer políticas públicas já existentes, como o PAA, e articulá-las com os entraves enfrentados pelos territórios. Assim, se faz necessária uma melhoria dos programas de compras públicas, para que sejam capazes de chegar às pessoas em insegurança alimentar e nutricional sem aumento de custo para os(as) agricultores(as) familiares.

Mesmo diante de limitações estruturais e financeiras, a T&L busca manter preços acessíveis, conciliando a necessidade de sua viabilidade econômica com o compromisso de democratizar o acesso a alimentos saudáveis. É nesse cenário que se destacam os GCM, que constroem formas coletivas, autogestionadas e politicamente engajadas de consumo. Esses são coletivos territoriais formados por consumidores(as) engajados(as) politicamente com o projeto da Reforma Agrária Popular, articulados por pessoas, em sua maioria mulheres, que atuam como pontes entre a Cooperativa e os(as) consumidores(as). Assim, os GCM, diferentemente das vendas pelo *website*, territorializam o consumo militante, articulando solidariedade, formação política e corresponsabilidade entre consumidores(as) e a Cooperativa.

Esses grupos organizam-se em torno de princípios de corresponsabilidade e solidariedade, promovendo a compra coletiva de cestas e, muitas vezes, ações de doação a famílias em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, há sete grupos ativos situados nas Zonas Sul, Norte e Leste de São Paulo, além dos municípios Santo André, Diadema, Cubatão e Praia Grande. As entregas aos GCM ocorrem quinzenalmente na capital e mensalmente nos grupos de outras cidades de São Paulo. Os grupos constituem espaços de convivência e formação política, onde se constroem debates, campanhas solidárias e atividades culturais, além das entregas dos alimentos.

Um caso emblemático é o 'Mariana em Movimento', que, além de ser um grupo de consumo, articula a compra de cestas para doação em favela próxima, realiza doações para as cozinhas solidárias do MTST e já realizou doação de um veículo de passeio para apoiar a logística da Cooperativa.

Essas experiências demonstram que o consumo militante é também uma prática territorial de solidariedade, cuidado e resistência, articulando alimentação, política e comunidade. Nesse contexto, é importante ressaltar o comentário de Pompeu e Tofanelli (2023):

Por isso falamos em 'transição agroecológica', a relação entre a agroecologia e o mundo anti agroecologia que vivemos, que é também em certa medida anti-vida, anti-cuidado. Transição agroecológica, não só na produção, mas também na logística, distribuição e, por fim, no consumo.

É nesse cenário que se constitui o que a Cooperativa denomina de 'consumo militante' e busca construir alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico.

Conforme apontam Pompeu *et al.* (2022), o(a) 'consumidor(a) militante' trata-se de um sujeito que reconhece seu compromisso político com a luta pela terra, compreendendo que o alimento que gera saúde para os corpos também alimenta a continuidade dessa luta. O discurso da Cooperativa enfatiza que o consumo militante visa à construção de uma aliança campo-cidade (Pompeu e Tofanelli, 2023). O lema "Consumidor responsável é aquele que, quando se alimenta, alimenta a luta" sintetiza essa perspectiva. A T&L promove constantemente atividades e vivências, que incluem visitas às comunas, oficinas, cursos de formação política, rodas de conversa e feiras culturais divulgadas no grupo de *WhatsApp* e nas redes sociais voltadas para consumidores(as) militantes. Há momentos também que dentro das cestas de alimentos é colocada uma carta que reforça o compromisso do consumo militante, conforme exemplo nas Figuras 7 e 8.

Figura 7. Carta colocada nas cestas de alimentos estimulando o compromisso campo-cidade.



Salve compa, tudo bem com você?

Ficamos muito felizes por estar se juntando a nós por meio do consumo militante! Preparamos este folheto com muito carinho para que conheça um pouco mais o nosso trabalho e para que se sinta parte dessa iniciativa.

De onde vêm os alimentos?

Os alimentos que compõem as nossas cestas são produzidos nos espaços da Reforma Agrária da Regional Grande São Paulo do MST, que vem lutando desde 2000 por acesso a terra, agroecologia, educação, igualdade de gênero e raça, somando-se à luta LGBTQIA+, entre outras frentes. Estamos organizados em Comunas da Terra: assentamentos e acampamentos com lotes pequenos, voltados para produção hortifruti. Existem 3 espaços de produção na nossa regional, com aproximadamente 150 famílias no total: a Comuna da Terra Irmã Alberta, a Comuna da Terra D. Pedro Casaldáliga, e a Comuna da Terra D. Thomás Balduino.

Sem veneno, com agroecologia!

É nosso princípio produzir sem veneno, mas nos propomos a ir além: somos agroecológicos! Agroecologia significa cooperação: com a natureza e seus ciclos, e cooperação no trabalho livre e associado, sem exploração e alienação. Comercializamos o alimento enquanto semeamos um mundo diferente, mais igualitário e livre, com preservação da fauna, flora, das matas e da biodiversidade.

Por uma união campo-cidade!

É só por meio da integração campo-cidade que conseguimos unir esforços e resistir aos ataques que as classes dominantes nos impõem! Queremos que os trabalhadores da cidade possam ter uma alimentação saudável, pagando o preço justo e não adoecendo a longo prazo. Sabemos que "se o campo não planta, a cidade não janta", mas mais que isso, que "quando o campo e a cidade se unirem, a burguesia não vai resistir".

Ficamos felizes de estarmos juntos com consumidores militantes como você, que compõe o elo fundamental pra fazer tudo isso germinar!

Fonte: Cooperativa Terra e Liberdade.

Figura 8. Versão de uma das cartas aos(às) consumidores(as) que versa sobre a Reforma Agrária Popular e a importância do consumidor militante.



Os alimentos que compõem a cesta da Cooperativa Terra e Liberdade são produzidos nos espaços da Reforma Agrária da Regional Grande São Paulo do MST, que vem lutando desde 2000 por acesso a terra, agroecologia, educação, igualdade de gênero e raça, somando-se à luta LGBTQ+, entre outras frentes. Nossa proposta é a vida, a manutenção do cinturão verde para abastecimento agroecológico aumentando a biodiversidade, minimizando impactos ambientais.

Nos organizamos através das Comunas da Terra, assentamentos e acampamentos com lotes pequenos, voltados para produção hortifruti. Existem 3 espaços de produção na nossa regional, com aproximadamente 150 famílias no total: a Comuna da Terra Irmã Alberta, a Comuna da Terra D. Pedro Casaldáliga, e a Comuna da Terra D. Thomás Balduino (todos os nomes em homenagem à ícones da teologia da libertação que muito contribuíram com nossa luta).

É nosso princípio produzir sem veneno, mas nos propomos a ir além: somos agroecológicos! Agroecologia significa cooperação: com a natureza e seus ciclos, e cooperação no trabalho livre e associado, sem exploração e alienação. Comercializamos o alimento enquanto semeamos um mundo diferente, mais igualitário e livre, com preservação da fauna, flora, das matas e da biodiversidade. E estamos juntas e juntos com consumidores militantes como você, que são elo fundamental pra fazer tudo isso germinar!

Somos uma cooperativa em estruturação, com equipe em grande medida militante (voluntária) e reduzida, e sabemos que temos muito a melhorar. Retornos e críticas são bem vindas! Contamos com você para construir esse processo ombro a ombro, estabelecendo uma relação de reciprocidade que vai além de uma mera transação comercial, permitindo a construção coletiva do nosso projeto de Reforma Agrária e Agroecologia!

É só por meio da integração campo-cidade que conseguimos unir esforços e resistir aos ataques que as classes dominantes nos impõe, até por que o mundo que tentamos semear vai para além dos lotes e assentamentos de reforma agrária. Queremos que os trabalhadores da cidade possam ter uma alimentação saudável, pagando o preço justo e não adoecendo a longo prazo. Sabemos que "se o campo não planta, a cidade não janta", mas mais que isso, que "quando o campo e a cidade se unir, a burguesia não vai resistir" (palavras de ordem do nosso movimento).

Fonte: Cooperativa Terra e Liberdade.

É percebida a forma política de consumir alimentos em diversas falas das entrevistas realizadas, muito diferentes das praticadas nos mercados, como pode ser observado em resposta de uma consumidora sobre sua motivação a comprar a cesta agroecológica:

“Fortalecer o trabalho do Movimento Sem Terra, Reforma Agrária Popular, Agricultura Orgânica Familiar. [...] Eu acho que até essa questão de respeitar a sazonalidade dos alimentos, eu não escolher o que eu quero na minha cesta, mas, tipo, eu acolher e consumir o que a terra está dando, o que as famílias agricultoras estão ali plantando, e, obviamente, fortalecer uma rede de um movimento social que luta pela Reforma Agrária”.

A relação entre os(as) consumidores(as) e a Cooperativa se fortalece a ponto de muitas pessoas passarem a colaborar diretamente com as atividades, contribuindo com a própria organização das cestas, a logística de transporte com seus carros particulares e na realização de feiras quando há poucas pessoas disponíveis para o trabalho.

“Já fui ajudar em feira no Sesc Santana, né? Mais de uma vez. Já fui... Através da cooperativa, eu fui ao Irmã Alberta pela primeira vez, com uma divulgação deles. Através também da divulgação da cooperativa, eu participei de um EVA, estágio de vivência agroecológica, no início de 2023”.

Nesse sentido, a experiência dialoga com diferentes dimensões da ‘Agenda para Ação’ (Idec, 2022):

- ‘Negócios’ e ‘Abastecimento e Demanda’: Por estar fortalecendo o abastecimento interno com alimentos adequados e saudáveis e pelo desenvolvimento de tecnologias sociais, organizacionais e logísticas que viabilizam a circulação de alimentos agroecológicos fora dos circuitos convencionais de mercado e construir formas de comercialização baseadas na solidariedade e na corresponsabilidade entre produtores(as) e consumidores(as).;
- ‘Saúde’: Ao fornecer alimentos in natura e preparações culinárias oriundas de sistemas agroecológicos, transformando ambientes e sistemas alimentares de grandes cidades.
- ‘Ecológica’: Por ter a agroecologia e a reforma agrária como pilares, enfrentando as limitações impostas pelo sistema agroalimentar hegemônico, reduzindo a dependência de intermediários, fortalecendo a relação campo-cidade e abastecendo os(as) consumidores(as) com alimentos da sociobiodiversidade;

Embora o consumo militante se apresente como uma prática transformadora, ele não está isento de tensões, conflitos e limites. As dificuldades de adaptação ao modelo das cestas, os ruídos de comunicação e as exigências de mudança de hábitos revelam contradições inerentes à construção de alternativas aos mercados convencionais de alimentos.

Maymone (2026) relata que os(as) agricultores(as) ainda sentem falta da participação mais ativa do público consumidor e do desejo de saberem de onde vêm seus alimentos. Não apenas a localidade geográfica, mas o território, as relações, a dialética que ocorre no espaço onde os alimentos são produzidos.

A proposta da comercialização da T&L implica em desafios culturais e práticos para o público consumidor. Muitos(as) consumidores(as) sentem dificuldade de adaptação ao modelo das cestas, devido à falta de escolha dos itens, à repetição de produtos (como o almeirão) e à ausência de alimentos mais comuns (como alho e cebola) (Maymone, 2026). Alguns relataram, porém, que essa experiência tem caráter educativo:

“Tem vezes que preferiria uma cabeça de alho, do que meio quilo de beterraba, mas a experiência tem sido educativa, sou desafiada a buscar uma receita ou improvisar uma preparação com o que veio na cesta” (consumidora citada em Maymone, 2026).

Outra entrevistada relatou:

“Em relação à sazonalidade, eu acho super bacana, assim. A gente precisa respeitar esses tipos da natureza, né? Mas, em relação às repetições, é algo que eu me readapto”.

A mudança de hábitos alimentares e de rotina também é necessária, já que as entregas não têm horário fixo. Mesmo assim, 68% dos(as) consumidores(as) entrevistados(as) por Pompeu (2024) afirmaram não se sentirem prejudicados com a rotina das cestas, o que indica um público com flexibilidade de horário, que não é a realidade em muitos domicílios, evidenciando um recorte social entre os(as) consumidores(as). Nas entrevistas realizadas por Maymone (2026), 100% relataram que essa dinâmica não prejudica a rotina.

A modalidade de venda pelo *website* é considerada estratégica por ampliar a visibilidade e o alcance da Cooperativa, embora também traga desafios. Um deles é a relação de comunicação com os(as) consumidores(as). Segundo uma trabalhadora entrevistada, acontecem ruídos de comunicação e desentendimentos. Muitas vezes, essa comunicação realizada por alguns(as) consumidores(as) é agressiva, demonstrando a falta da compreensão do ecossistema de cooperação que quer ser construído e fortalecido. Ainda assim, a venda on-line é considerada fundamental para a sustentabilidade econômica da Cooperativa, funcionando como porta de entrada para novos(as) consumidores(as) que, com o tempo, podem se engajar em ações de formação ou integrar os grupos militantes. As tensões vivenciadas no cotidiano da Cooperativa não estão apenas no plano das relações entre os(as) produtores(as) e os(as) consumidores(as). Elas expressam limites estruturais mais amplos, relacionados à ausência de políticas públicas consistentes, a outras limitações, sendo alguns deles:

- Falta de formalização jurídica;
- Ausência de capital de giro;
- Remuneração insuficiente para trabalhadores(as) da cooperativa (poucos(as) trabalhadores(as) da Cooperativa são remunerados(as) e mesmo estes(as) não recebem um valor que possa dar conta de seus gastos de vida);
- Incerteza do mercado consumidor;
- Cansaço e sobrecarga militante; e
- Falta de apoio governamental.

A informalidade, a escassez de recursos, a incerteza do mercado consumidor, o baixo incentivo estatal e a dependência do trabalho militante produzem sobrecargas que comprometem a sustentabilidade do modelo. O custo do bem-estar e da reprodução social dos(as) militantes, muitas vezes, recai sobre vínculos afetivos e redes de solidariedade, como evidencia o relato de uma trabalhadora da Cooperativa ao descrever os apoios que sustentam seu trabalho cotidiano:

“— *Aí de apoio, o que você recebe no trabalho? Tem o POT⁵, né?*
(...)
— *O POT, a moradia, né? E o amor, o carinho deles também, que é o mais importante. O respeito. É isso*”.

Para contornar a falta de capital, o MST tem apostado em estratégias como o Finapop, um financiamento popular que funciona como um empréstimo solidário com juros reduzidos. Porém, a falta de formalização jurídica não permite que a T&L alcance essa possibilidade (Maymone, 2026).

A falta de apoio governamental é observada em respostas das entrevistas, desde a produção agroecológica até a comercialização.

“Ah, mas é falta de incentivo, né? É falta de, assim, que é complicado, assim, pra nós que é pequeno agricultor, assim, às vezes a gente acaba tirando recursos, entendeu? [...], que possa ser doméstico, né, pro nosso dia a dia, pra estar colocando, entendeu? Na nossa plantação”.

Essa experiência reforça que a transição agroecológica não se limita à produção de alimentos, mas se estende à logística, à distribuição e às formas de consumo, exigindo compromisso coletivo ao longo de toda a cadeia alimentar. Nesse sentido, a análise dos limites enfrentados pela Cooperativa T&L traz o olhar para a responsabilidade do Estado e das políticas públicas na consolidação de sistemas alimentares justos e sustentáveis. Ao mesmo tempo, evidencia o potencial político do consumo militante como prática de resistência e de construção de novas relações entre campo e cidade.

A transição agroecológica e o consumo militante, portanto, não podem ser sustentados exclusivamente por iniciativas solidárias ou pela militância voluntária. Eles dependem de políticas públicas integradas, capazes de valorizar o trabalho, garantir condições dignas de reprodução social e ampliar o acesso a alimentos adequados e saudáveis como parte de um projeto mais amplo de transformação dos sistemas alimentares.

Nesse contexto, a relação entre os(as) consumidores(as) e a Cooperativa não se organiza a partir de uma lógica de disputa de mercado, mas de uma disputa de ideias. O alimento deixa de ser compreendido apenas por suas propriedades fisiológicas e passa a ser reconhecido em suas funções simbólicas, ambientais, culturais e políticas. Consumir, nesse arranjo, torna-se um ato de posicionamento político.

A experiência da Cooperativa T&L representa, assim, um modelo territorial de transição agroecológica e de reconfiguração dos sistemas alimentares a partir da economia solidária e da Reforma Agrária Popular. Trata-se de um projeto coletivo, sustentado pela militância e pelo compromisso político dos diferentes sujeitos que compõem esse

⁵ O Programa Operação Trabalho (POT), da prefeitura de São Paulo, oferece bolsas para inserção laboral e qualificação profissional a pessoas de baixa renda. Ele abrange diversas áreas, havendo a de agricultura por meio de formação de agentes de produção agroecológica.

ecossistema de cooperação, cujo objetivo ultrapassa a produção e a venda de alimentos, buscando conectar campo e cidade, formar consciência política e reafirmar o alimento como instrumento de transformação social.

Conheça mais em:

Site: <https://www.terraeliberdade.com/>

Instagram: @terra.liberdade

Cozinha Solidária e organização popular por um território bem alimentado: uma experiência da região centro-oeste

As cozinhas solidárias são equipamentos sociais organizados pela sociedade civil destinados a produzir e ofertar refeições gratuitas para populações em situação de vulnerabilidade. Durante a pandemia da Covid-19 (entre 2020 e 2023), as cozinhas solidárias tiveram papel fundamental diante do agravamento da fome, do desemprego e da insuficiência das políticas públicas emergenciais. Essas iniciativas asseguraram alimentação diária a milhares de famílias, especialmente em periferias urbanas. Além disso, fortaleceram redes de solidariedade, articularam doações, valorizaram alimentos da agricultura familiar e reafirmaram a alimentação como um direito. A atuação dessas cozinhas evidenciou a capacidade de resposta dos movimentos sociais frente às crises, bem como a importância da organização comunitária na promoção da segurança SAN, da saúde coletiva e da dignidade humana.

Em 2023, foi instituído o Programa Cozinha Solidária pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, sendo de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para apoiar as atividades desenvolvidas em cozinhas que dependem de doações de parceiros institucionais ou individuais (Brasil, 2025).

A Cozinha Popular Mara Maria de Jesus (Figura 9) prepara semanalmente mais de 200 refeições que são distribuídas para famílias do Trecho 3 do Sol Nascente, região próxima à Brasília, no Distrito Federal (DF)⁶, localidade considerada a mais carente da região. Sua localização pode ser observada na Figura 10. Trata-se de um território onde o acesso a alimentos in natura e minimamente processados, como frutas, verduras e legumes, é extremamente limitado, enquanto o acesso a ultraprocessados é facilitado.

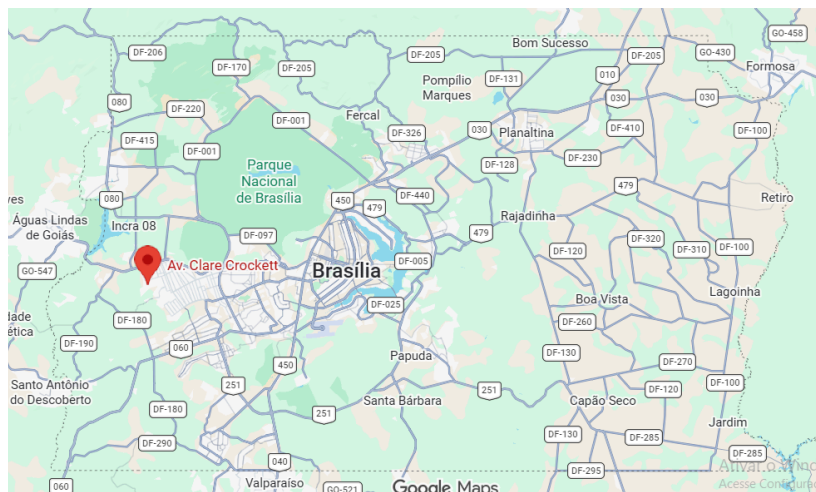
Figura 9. Frente da Cozinha Popular Mara Maria de Jesus.

⁶ O Distrito Federal, diferente das outras unidades federativas, se organiza em Regiões Administrativas (RA), sendo o Sol Nascente a 32ª RA, localizada à 30 km do centro de Brasília.



Fonte: Cristiana Maymone.

Figura 10. Localização do Trecho 3 do Sol Nascente.



Fonte: Google Maps.

Inaugurada pelo Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos do Distrito Federal (MTD-DF), a cozinha tem como proposta garantir refeições saudáveis à população local. O MTD-DF atua no Sol Nascente desde 2019, inicialmente com ações de solidariedade durante a pandemia da Covid-19, quando foram distribuídas cerca de 40 cestas básicas por mês. Na mesma época, no espaço onde hoje funciona a cozinha,

havia uma padaria comunitária, organizada para gerar renda a mulheres da região. A padaria vendia alimentos a preços acessíveis, porém não gerava o impacto esperado na alimentação da comunidade, como relatou uma das integrantes da cozinha, que está envolvida no processo desde a ideia da padaria:

“[...] por mais que a gente colocasse um preço acessível para a comunidade, não estava dando para... Tipo assim, não estava sendo muita saída, entendeu? Os produtos. Por quê? As famílias saem de madrugada para ir trabalhar e na volta já trazia o pão do café da manhã do dia seguinte. Aí, alguém teve a ideia de montar uma cozinha e foi assim que surgiu a nossa cozinha Mara”.

Quando se iniciou o processo de implantação da cozinha solidária, militantes do MTD-DF realizaram um cadastro das famílias, aplicando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para identificar a situação de vulnerabilidade alimentar no território. A maior parte dos registros foi efetuada diretamente na própria cozinha, com o comparecimento das famílias ao local. Em alguns casos, realizaram busca ativa nas residências.

Atualmente, a cozinha conta com o apoio do Programa Cozinha Solidária e recebe mensalmente alimentos do PAA executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Nesse contexto, passou a oferecer cerca de 270 marmitas todas as quintas-feiras, atendendo famílias do Trecho 3 do Sol Nascente e algumas de Samambaia (Região Administrativa (RA) próxima ao Sol Nascente). A meta é ampliar o trabalho para que a distribuição aconteça, pelo menos, duas vezes por semana. Em relação ao Programa Cozinha Solidária, observa-se o reconhecimento de sua relevância para a iniciativa. O apoio recebido foi acolhido de forma positiva; contudo, os recursos repassados mostram-se insuficientes para atender às demandas e garantir a sustentabilidade da cozinha no cotidiano do território, como relatou uma das integrantes da cozinha:

“A meta é que a gente entregue 1.300 marmitas por mês, para gerar um custo de 3.288 [...] o que o Programa hoje paga para as cozinhas é somente as marmitas mesmo. Literalmente, o valor da marmita [a embalagem]. Não é [o valor] da comida, é da marmita [...] mas mesmo assim, ainda é um projeto que é muito válido, porque pelo menos é o primeiro, né, se a gente for pensar, é o primeiro que faz para esse combate realmente, esse fortalecimento de todo o movimento, para combater a fome”.

O movimento também planeja recuperar a horta ao lado da cozinha que, em experiências anteriores, contou com a parceria do MST. Já foram cultivados ali cenoura, alface, couve, cebolinha e alho-poró, cuja colheita possibilitou a doação de 50 cestas de alimentos livres de agrotóxicos para a comunidade.

As atividades na cozinha são desenvolvidas por mulheres militantes do MTD-DF, que vivenciam o movimento e a prática na cozinha solidária como partes integradas de um mesmo processo de formação política. A inserção no movimento possibilitou que essas mulheres participassem do Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS).

O AgPopSUS, iniciativa do Ministério da Saúde fundamentada na Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS), reconhece os movimentos sociais como sujeitos centrais na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e promove a articulação entre saberes populares, práticas comunitárias e políticas públicas de saúde (Brasil, s.d.).

Nesse arranjo, a militância organiza sua identidade coletiva e o compromisso com a luta por direitos. A cozinha se constitui como o espaço da articulação comunitária onde essa luta encontra o cuidado; e o AgPopSUS aprofunda e sistematiza essa trajetória, fortalecendo a leitura crítica sobre alimentação e saúde como direitos. Assim, movimento, cozinha e formação se entrelaçam, produzindo um processo contínuo de educação popular e fortalecimento político no território. Ao formar agentes educadores(as) populares oriundos(as) de movimentos sociais, conselhos locais de saúde e organizações da sociedade civil, o Programa fortalece a participação e o controle social, bem como a mobilização comunitária. Esses(as) agentes atuam no enfrentamento da desinformação, na valorização das práticas populares de cuidado e na construção coletiva de um SUS público, democrático, de qualidade e acessível. Nesse contexto, a cozinha se consolida como ferramenta política estratégica, operando como elo entre o movimento e a comunidade.

Esta cozinha também tem outra relação com o SUS. O Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) de Brasília oferece atividades que proporcionam vivências em uma diversidade de cenários implicados com a garantia do direito à saúde. No Sol Nascente, há a vivência na cozinha. Há uma relação de troca entre residentes e movimentos sociais nos territórios, marcada pelo reconhecimento do trabalho comunitário e pela recusa da lógica assistencialista. As visitas de campo envolvem também apoio material ao movimento, por meio da contratação da produção de alimentos. Essa dinâmica evidencia uma relação de reciprocidade, tensionando práticas acadêmicas tradicionais e valorizando o território como sujeito ativo no processo formativo.

A colaboração com outras cozinhas e coletivos foi apontada como fundamental para a consolidação da experiência, contribuindo para a construção de uma rede de apoio e solidariedade no território. Durante a entrevista, foram destacadas que estas parcerias fortalecem tanto a questão de abastecimento de alimentos quanto a política da iniciativa. A parceria com a Fiocruz, por meio da articulação com programas de residência, o AgPopSUS e os Agentes Populares da Juventude (programa idealizado e executado pela Fundação), fortalece os processos formativos e a atuação em saúde nos territórios. O vínculo com o Coletivo Mulheres do Sol, ligado à igreja católica da região, por sua vez, amplia a circulação solidária de alimentos e reforça práticas comunitárias de cuidado. Essas parcerias evidenciam o papel das redes colaborativas na sustentação da cozinha solidária, reafirmando sua inserção territorial e sua capacidade de articulação entre movimentos sociais, instituições públicas e organizações comunitárias.

Para além das parcerias institucionais e entre coletivos e movimentos, a cozinha solidária estabelece uma relação profunda e cotidiana com a comunidade, assumindo um papel social de cuidado coletivo, fazendo do espaço um local de encontro, escuta e cuidado.

Nesse sentido, a alimentação oferecida não se restringe à dimensão biológica e assume um valor simbólico e relacional, sendo percebida como algo que “*alimenta não só o estômago, mas também a alma*”, como relata uma das integrantes da cozinha. A convivência semanal fortalece vínculos e o reconhecimento mútuo, reafirmando o sentimento de pertencimento e confiança no território.

A cozinha também contribui para um espaço de transformação cultural e simbólica da comunidade. Já foram realizadas atividades culturais com música ao vivo, que contribuíram para desconstruir estigmas associados ao local, como relatou uma das integrantes da cozinha:

“O primeiro ponto foi a cultura, onde nunca tinha tido uma festa com música ao vivo. Porque as pessoas que vinham de fora tinham uma visão até um tanto distorcida do local, que é perigoso, só tem bandido. Era o que mais se ouvia”.

Ao promover encontros, cultura e convivência, a experiência possibilitou a ressignificação do território, especialmente para os(as) próprios(as) moradores(as), fortalecendo a autoestima coletiva e a percepção do espaço como lugar de vida, cuidado e potência comunitária.

Dessa forma, a experiência dialoga com diferentes dimensões da ‘Agenda para Ação’ (Idec, 2022):

- ‘Abastecimento e Demanda’: Por estimular ambientes alimentares mais saudáveis, ampliando o acesso à alimentação adequada por população em situação de vulnerabilidade social;
- ‘Ecológica’: Pela articulação voltada à construção de hortas comunitárias, ampliando o acesso a alimentos e o vínculo com a agroecologia;
- ‘Saúde’: Pela promoção da alimentação adequada e saudável, pelo papel social de cuidado coletivo e pelas parcerias que dialogam com o SUS e fortalecem os processos formativos e a atuação em saúde nos territórios;
- ‘Governança’: Por articular com outros movimentos e coletivos, bem como com políticas públicas governamentais.

Apesar da atuação exitosa, para a continuidade desta experiência, diversos desafios se colocam, sendo o financeiro o principal deles. Embora a iniciativa já tenha sido contemplada por emendas parlamentares, pelo Programa Cozinha Solidária e haja uma pessoa responsável pela captação de recursos, as verbas disponíveis ainda são insuficientes para garantir sua sustentabilidade. Há custos permanentes que extrapolam a aquisição de alimentos, como a necessidade de apoio para despesas operacionais, ajuda de custo às cozinheiras e investimento em aspectos estruturais.

A experiência enfrenta, ainda, limitações relacionadas à infraestrutura, uma vez que funciona em um imóvel alugado que demanda reformas para assegurar condições adequadas de trabalho, segurança e continuidade das atividades. Essas adequações estruturais não podem ser realizadas sem apoio financeiro e apoio externo.

Outro desafio recorrente refere-se à composição das refeições, especialmente no que diz respeito aos alimentos do grupo de carnes e ovos, que estão sempre presentes no cardápio oferecido pela cozinha. Estes itens têm alto custo e impactam significativamente o orçamento da cozinha. Soma-se a isso a preocupação com a sustentabilidade ambiental da iniciativa, pois, embora o grupo reconheça os impactos negativos do uso de embalagens de isopor, as alternativas biodegradáveis apresentam custo elevado e a adoção de recipientes reutilizáveis traz dificuldades como a padronização dos tamanhos, o que comprometeria a organização da distribuição das refeições.

Esses elementos evidenciam que para a manutenção da cozinha solidária, um equipamento social importante para a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA), e para a transição dos sistemas alimentares, são necessárias ações estruturantes, para além de doações pontuais, a exemplo de financiamentos contínuos, capazes de garantir condições dignas de trabalho, a segurança do espaço, a sustentabilidade ambiental e a permanência da iniciativa no território.

O sistema agroalimentar hegemônico se estrutura na concentração, na mercantilização da comida e na exclusão social, assim como formulado na dimensão ‘Abastecimento e Demanda’ da ‘Agenda para Ação’: “A desigualdade no acesso e oferta de alimentos não viabiliza uma alimentação saudável” (Idec, 2022). Esta experiência, ao contrário, propõe a solidariedade, a organização comunitária e a alimentação como direito. Por meio dela, percebemos a força do ativismo alimentar mobilizando pessoas, realizando debates além da alimentação e incidindo em políticas públicas para maior potência de suas atividades.

Conheça mais em:

Instagram: @mtd.distritofederal

As experiências apontam caminhos para a transição dos sistemas alimentares

As experiências analisadas neste estudo evidenciam que as dimensões da “Agenda para Ação: transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis no Brasil” (Idec, 2022) se materializam nos territórios dando respostas possíveis para as problemáticas do atual modelo dominante de produção. Dar mais visibilidade para essas experiências é essencial no processo de transição, uma vez que muitas dificuldades são compartilhadas, mesmo em territórios diferentes, e as soluções podem inspirar outras ações.

No sistema agroalimentar hegemônico, os alimentos deixam de ser compreendidos prioritariamente como essenciais à vida e como um direito social e passam a operar como mercadoria, almejando lucros e ativos econômicos inseridos em mercados globais. Ao mesmo tempo, este modelo responde com custos ambientais, sanitários e sociais, como a degradação ambiental, a contaminação por agrotóxicos, a precarização do trabalho, a insegurança alimentar e nutricional e o apagamento de culturas alimentares locais (Abramovay *et al.* 2025; Brasil, 2025).

Além das correções técnicas dessas distorções, a transição dos sistemas alimentares refere-se à disputa de racionalidade. De um lado, a lógica da mercadoria com decisões concentradas em grandes corporações (Matiolo e Peres, 2020); de outro, a lógica da vida com diversidade produtiva, circuitos curtos de comercialização, abastecimento interno, vínculo territorial, cuidado com o território e com as pessoas, valorização da cultura e garantia do DHAA. Assim, para promover a transição para sistemas mais justos, saudáveis e sustentáveis, é necessário reconfigurar a lógica de poder, investimento e organização política, colocando a saúde e as diferentes realidades territoriais no centro das decisões.

As experiências analisadas neste documento não operam à margem do sistema, nem constituem ações isoladas, elas se inserem nas brechas do modelo hegemônico partindo de outras prioridades, representando resistência. Ao fortalecer circuitos locais de abastecimento, apoiar a produção diversificada, valorizar tradições, mobilizar compras públicas ou organizar consumidores(as) em redes solidárias, essas iniciativas demonstram que é possível criar espaços para organizar fluxos econômicos e institucionais sob outra lógica.

Nesse sentido, a ‘Agenda para Ação’ do Idec oferece uma lente estratégica para compreender a densidade dessas experiências. Suas cinco dimensões (negócios, abastecimento e demanda, ecológica, saúde e governança) evidenciam que a transformação não ocorre em um único eixo, mas depende de mudanças articuladas (Idec, 2022).

As experiências territoriais analisadas revelam que, mesmo em contextos marcados pela hegemonia da lógica mercantil, emergem práticas que posicionam a vida no centro dos sistemas alimentares. Sendo assim, a transição se constrói, sobretudo, com ação coletiva de sujeitos que disputam sentidos, organizam práticas e reivindicam direitos. Nas experiências analisadas, as pessoas não aparecem como beneficiários passivos de políticas públicas, mas como agentes da transformação.

A seguir, serão apresentadas as dimensões propostas pela ‘Agenda para Ação’ em diálogo com as estratégias construídas pelas experiências analisadas que tensionam as racionalidades envolvidas. Trata-se de evidenciar como, em cada dimensão, a transição resiste nos territórios.

Dimensão Negócios : identifica que a transformação dos alimentos em <i>commodities</i> voltadas ao mercado global desloca a prioridade do abastecimento interno, concentra renda e reduz a diversidade produtiva.	
Nordeste: Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede Semeam)	Enfrenta a padronização e a dependência de cadeias globais ao valorizar variedades locais e estruturar circuitos curtos de comercialização.

Sul: A institucionalização de um ticket para compra da agricultura familiar no Rio Grande do Sul	Direciona recursos para produtores(as) locais. Trata-se de uma intervenção na lógica de mercado que fortalece a economia local, ao invés de reforçar grandes redes varejistas.
Sudeste: Consumo militante e transição agroecológica no estado de São Paulo	Enfrenta a comoditização ao estabelecer critérios políticos para a escolha alimentar, afastando-se das grandes corporações.
Norte: Mulheres quilombolas e quintais produtivos no Pará	O PNAE, que adquire alimentos dos quintais produtivos das mulheres quilombolas, é um exemplo de política pública que volta a prioridade da compra de alimentos locais para a própria comunidade.
Centro-oeste: Cozinha solidária e organização popular por um território saudável no Distrito Federal	Valoriza a alimentação saudável e sustentável, de acordo com o preconizado no Guia Alimentar para a População Brasileira.

Essas iniciativas revelam que enfrentar a comoditização é condição para reconstruir o abastecimento interno e fortalecer a agricultura familiar.

Dimensão Abastecimento e Demanda : evidencia que a desigualdade socioeconômica e a concentração dos canais de distribuição impedem o acesso regular a alimentos adequados e saudáveis.	
Nordeste: Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede Semeam)	A partir do projeto 'Feijão Crioulo', diversifica a variedade de feijões disponíveis e propõe uma lógica de produção que gera autonomia para os agricultores, reduzindo a dependência de insumos externos.
Sul: A institucionalização de um ticket para compra da agricultura familiar no Rio Grande do Sul	Amplia o acesso a alimentos frescos e produzidos na região para trabalhadores(as) municipais,

	fortalecendo os(as) agricultores(as) locais ao mesmo tempo que promove uma alimentação adequada e saudável para os(as) trabalhadores(as) da prefeitura.
Sudeste: Consumo militante e transição agroecológica no estado de São Paulo	Conecta produtores agroecológicos da reforma agrária com a população urbana a partir do princípio da solidariedade, resistindo aos mercados convencionais.
Norte: Mulheres quilombolas e quintais produtivos no Pará	A experiência demonstra como o acesso às políticas públicas impacta diretamente a SAN. A inserção da produção dos quintais das mulheres quilombolas no PNAE articula produção local e alimentação escolar, reduzindo desigualdades e fortalecendo o território. Além desta contribuição, a feira local realiza abastecimento interno de alimentos adequados e saudáveis, a partir de circuitos curtos de comercialização.
Centro-oeste: Cozinha solidária e organização popular por um território saudável no Distrito Federal	Ao receber alimentos do PAA provenientes da agricultura local, distribui refeições completas e saudáveis para a comunidade.

A transição, nessa dimensão, exige reorganizar fluxos de abastecimento e enfrentar desigualdades estruturais que determinam quem pode e quem não pode acessar alimentos adequados e saudáveis.

Dimensão Ecológica : parte do reconhecimento de que o modelo agroindustrial dominante contribui para o desmatamento, a perda de biodiversidade e o aumento das emissões de gases de efeito estufa.	
Nordeste: Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco	As sementes crioulas representam uma resposta ao apagamento genético e à

(Rede Semeam)	dependência de insumos químicos, além de valorizar o trabalho e as tradições daquela comunidade.
Sul: A institucionalização de um ticket para compra da agricultura familiar no Rio Grande do Sul	Conta com assistência técnica que estimula a diversidade alimentar e auxilia os(as) produtores(as) a ter uma produção menos dependente de insumos químicos.
Sudeste: Consumo militante e transição agroecológica no estado de São Paulo	O consumo militante no sudeste cria mercado para a produção agroecológica, fortalecendo possibilidades de consumo que preservam e protegem a natureza.
Norte: Mulheres quilombolas e quintais produtivos no Pará	A produção nos quintais quilombolas, baseada em práticas tradicionais e diversificadas, contrasta com a monocultura extensiva destrutiva que caracteriza o modelo hegemônico.
Centro-oeste: Cozinha solidária e organização popular por um território saudável no Distrito Federal	Ao receber alimentos pelo PAA de produtores locais, reduz os impactos ambientais da alimentação servida, além de articular com outros coletivos e movimentos para a realização de hortas comunitárias.

Essas experiências mostram que a dimensão ecológica além de ambiental, caminha junto com cultura, tradições, saúde e justiça social.

Dimensão Saúde : denuncia que a predominância de monoculturas e ultraprocessados contribui para as múltiplas formas de má nutrição.
Todas as iniciativas apresentadas no documento atuam na valorização de alimentos in natura e minimamente processados e preparações culinárias, reforçando o Guia Alimentar para a População Brasileira como referência política e cultural. Além disso, atuam na qualificação de ambientes alimentares.

Em duas experiências, também são encontradas outras correlações mais específicas:	
Norte: Mulheres quilombolas e quintais produtivos no Pará	As ações de EAN nas escolas quilombolas fortalecem o vínculo entre território, saúde e cultura alimentar.
Centro-oeste: Cozinha solidária e organização popular por um território saudável no Distrito Federal	Em território classificado como deserto e pântano alimentar, ou seja, com baixa oferta de alimentos saudáveis e alta oferta de ultraprocessados, a Cozinha Solidária promove uma alimentação adequada e saudável.

Dimensão Governança : reconhece que a articulação institucional e as políticas de SAN impulsionam a transição para sistemas mais saudáveis e sustentáveis.	
Nordeste: Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede Semeam)	Presença da Ater auxiliando na produção mais diversa, sustentável e eficiente.
Sul: A institucionalização de um ticket para compra da agricultura familiar no Rio Grande do Sul	Experiência proposta pelo governo municipal, de fácil replicabilidade para outros territórios, que põe em prática a SAN.
Norte: Mulheres quilombolas e quintais produtivos no Pará	Valorização da agricultura familiar e a produção de povos e comunidades tradicionais pelo PNAE, demonstrando que a estabilidade institucional é fundamental para dar escala às iniciativas territoriais.
Centro-oeste: Cozinha solidária e organização popular por um território saudável no Distrito Federal	As cozinhas solidárias emergem da mobilização popular, inclusive, como resposta às lacunas do Estado que, ao reconhecer o seu potencial, fortalece com política pública. O PAA e Programa Cozinha Solidária apoiam a

	sustentabilidade da doação de alimentos adequados e saudáveis para a população.
--	---

Nesta dimensão, é celebrado que o retorno de importantes estratégias públicas de SAN, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PAA, corroboram com o retorno da saída do Brasil do Mapa da Fome (FAO *et al.*, 2025), além de evidenciar que a governança com participação social e a articulação intersetorial são condições para transformar experiências locais em política estruturante.

Desafios encontrados:

As experiências analisadas se desenvolvem em um contexto ainda fortemente estruturado pela lógica da concentração econômica, pela instabilidade das políticas públicas e pela desigualdade no acesso a recursos produtivos.

Entre os limites identificados, destacam-se:

- A descontinuidade administrativa em mudanças de governo;
- A burocracia para acesso a programas;
- A concorrência com cadeias longas e altamente concentradas;
- A forte dependência de trabalhos voluntários; e
- A sobrecarga das mulheres nos processos produtivos e organizativos.

No caso do TAF, por exemplo, a institucionalização da política não elimina o desafio de competir com mercados convencionais consolidados. Já as cozinhas solidárias evidenciam como há o desafio de conseguir mais mercados para poder comercializar os alimentos. O consumo militante necessita buscar mais consumidores(as) para escoar os alimentos agroecológicos, bem como remuneração justa de trabalhadores(as). A experiência do quilombo depende do trabalho voluntário de mulheres que precisam se dedicar a outros trabalhos remunerados para sua reprodução social, além de necessitar apoio técnico para a compreensão de etapas burocráticas para o alcance das políticas.

Esses limites não desqualificam as experiências, mas evidenciam que a transformação dos sistemas alimentares parte da capacidade de organização coletiva nos territórios. São as redes de mulheres, os movimentos camponeses, as comunidades tradicionais, os coletivos urbanos e as articulações solidárias que sustentam, cotidianamente, práticas que confrontam a lógica da concentração e da mercantilização dos alimentos e que necessitam do apoio do poder público.

A experiência das sementes crioulas demonstra que a conservação da agrobiodiversidade é resultado de redes comunitárias que compartilham saberes e sementes, preservando a autonomia produtiva. O consumo militante só se sustenta porque há organização política que constrói vínculos entre o campo e a cidade. As cozinhas solidárias revelam a potência da mobilização social em contextos de emergência e ausência do Estado. A organização das mulheres quilombolas afirma que a produção de alimentos é também prática de resistência cultural.

Políticas públicas estáveis, orçamento garantido e marcos legais protetivos são fundamentais e sua efetividade depende de governança participativa, controle social ativo e reconhecimento das iniciativas territoriais.

São elementos potencialmente replicáveis:

- Compras públicas regulares e territorializadas;
- Assistência técnica orientada à agroecologia e à sociobiodiversidade;
- Fortalecimento de circuitos curtos de comercialização;
- Integração intersetorial entre saúde, educação, assistência social e agricultura;
- Governança participativa com controle social ativo;
- Investimento público contínuo e previsível; e
- Reconhecimento e apoio às redes comunitárias de produção, abastecimento e cuidado.

A análise evidencia que as cinco dimensões se entrelaçam e isoladamente nenhuma é suficiente. A transição dos sistemas alimentares, portanto, não é apenas uma agenda técnica. É uma escolha política sobre qual modelo de sociedade se pretende sustentar e essa escolha se constrói na interação entre organização popular e políticas públicas comprometidas com o DHAA.

Conclusão

As experiências analisadas neste trabalho demonstram que políticas públicas podem potencializá-las. Essas políticas operam como indutoras de transformação ao direcionar compras públicas para circuitos curtos e territorializados, ao valorizar povos e comunidades tradicionais, ao articular políticas intersetoriais. Trata-se de instrumentos passíveis de enfrentar a concentração de mercado, reduzir desigualdades e fortalecer economias locais.

A inserção de mulheres quilombolas como fornecedoras do PNAE, a institucionalização do TAF por meio de legislação municipal e o apoio às cozinhas solidárias via Programa

Cozinha Solidária demonstram que, quando o Estado assume papel ativo na reorganização do abastecimento, cria-se um ambiente favorável à saúde, à diversificação produtiva, ao fortalecimento da agricultura familiar e à ampliação do acesso a alimentos adequados e saudáveis.

Os limites observados nas experiências analisadas revelam que a existência formal de políticas não é suficiente. A descontinuidade administrativa, a instabilidade orçamentária, a burocracia que não dialoga com determinadas populações e a fragmentação institucional comprometem a capacidade transformadora das iniciativas. Programas que dependem de vontade política circunstancial e ações sem orçamento garantido tornam-se vulneráveis e políticas sem governança participativa perdem enraizamento territorial.

A transição dos sistemas alimentares exige, portanto, políticas públicas estruturantes. Isso implica:

- Garantia de financiamento contínuo e previsível para compras públicas da agricultura familiar;
- Fortalecimento da assistência técnica orientada à agroecologia e à sociobiodiversidade;
- Integração intersetorial entre saúde, educação, assistência social, meio ambiente e agricultura;
- Redução de entraves burocráticos para povos e comunidades tradicionais;
- Fortalecimento e ampliação da participação e controle social; e
- Estabilidade normativa que proteja políticas de abastecimento de base local frente a mudanças de governo.

As experiências demonstram que as políticas públicas precisam dialogar com e fortalecer a sociedade civil, reconhecendo o protagonismo dos territórios e incorporando seus saberes e práticas. Colocar em pauta outros sistemas alimentares significa assumir que a alimentação é um direito humano e que sua disponibilidade não pode ficar subordinada exclusivamente à lógica de mercado.

A crise climática, o avanço da insegurança alimentar e nutricional e a persistência das desigualdades tornam inadiáveis maiores ações institucionais para a transição dos sistemas alimentares no Brasil. Esse pacto deve ter como base a SAN, o DHAA e a preservação ambiental, traduzidos em políticas robustas, permanentes e territorializadas. Sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis não se consolidarão apenas pela força das experiências locais. Sua ampliação depende de decisões políticas que redefinam prioridades orçamentárias, reorganizem instrumentos de compra pública, fortaleçam a agroecologia e reconheçam a alimentação como eixo estratégico do desenvolvimento nacional.

Referências

1. ABRAMOVAY, R *et al.* Transformando a monotonia do sistema agroalimentar global: soluções colaborativas para a saúde, as desigualdades e a sustentabilidade. São Paulo: Cátedra Josué de Castro, 2025. Disponível em:

- <https://catedrajc.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2025/10/MONOTONIA-DO-SISTEMA-AGROALIMENTAR_PB_v4-1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.
2. AGROECOLOGIA EM REDE. Plataforma digital de mapeamento de experiências agroecológicas. Disponível em: <<https://agroecologiaemrede.org.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2026.
 3. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ACS). São José do Norte é finalista do 6º Prêmio Boas Práticas com o projeto Ticket da Agricultura Familiar. Notícia, 29 out. 2024. Prefeitura Municipal de São José do Norte: planejamento, trabalho e crescimento. Disponível em: <<https://saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/sao-jose-do-norte-e-finalista-do-6o-premio-o-boas-praticas-com-o-projeto-ticket-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 11 out. 2025.
 4. BALENSIFER, PHM. Mercados para variedades de feijão da agricultura familiar: conservação da agrobiodiversidade ou caminhos para a especialização produtiva? 2019. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.
 5. BALENSIFER, PHM; MEDEIROS, WG; LIMA, IS. Redes territoriais de sementes crioulas: um novo olhar dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) em Pernambuco. Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability, v. 1, 2019.
 6. BALENSIFER, PHM; SÁNCHEZ, IV; BASSOLS, NB. Inovações sociotécnicas do movimento de sementes crioulas do Nordeste brasileiro. Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 56–80, 2023. DOI: 10.52719/bjas.v5i1.5745. Disponível em: <<https://www.journals.ufrpe.br/index.php/BJAS/article/view/5745>. Acesso em: 23 out. 2025>.
 7. BARROS, RC; BALENSIFER, PHM; SOUZA, NLO. Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco - Rede SEMEAM: História Trajetória e Atuação. Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability, [S. l.], v. 4, n. 2, 2022. DOI: 10.52719/bjas.v4i2.5387. Disponível em: <<https://www.journals.ufrpe.br/index.php/BJAS/article/view/5387>. Acesso em: 6 out. 2025>.
 8. BARROS, RC *et al.* 7ª Feira de Troca de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco: a experiência da Rede SEMEAM. Cadernos de Agroecologia, v. 19, n. 1, 26 nov. 2024. Disponível em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8562/6280>>. Acesso em: 05 out. 2025.
 9. BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: Casa Civil. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 07 mar 2026.
 10. BRASIL. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 ago. 2003. Disponível em:

- <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.711.htm>. Acesso em: 6 out. 2025.
11. BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Dispõe sobre o Programa Cozinha Solidária. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm>. Acesso em: 10 jan. 2026
 12. BRASIL. Ministério da Saúde. Formação de Educadores Populares de Saúde: Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/agpopsus>>. Acesso em: 10 jan. 2026.
 13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a População Brasileira. 2 ed. Brasília: ed. Ministério da Saúde, 2014.
 14. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2025.
 15. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Programa Cozinha Solidária. gov.br/mds. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cozinha-solidaria>>. Acesso em: 05 out. 2025.
 16. BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). Nota Técnica nº 03/2020/6ªCCR/MPF: análise dos serviços de inspeção sanitária incidentes sobre a venda e o consumo de alimentos produzidos por povos e comunidades tradicionais sob a perspectiva legal. Brasília, 01 jun. 2020. Documento técnico, 2020. Disponível em: <<https://www.programacap.org.br/material/nota-tecnica-no-03-2020-6accr-mpf/>>. Acesso em 12 dez. 2025.
 17. CENTRO SABIÁ. O sabiá. Sabiá, Pernambuco, 2021. Disponível em: <<https://centrosabia.org.br/o-sabia/>>. Acesso em: 07 mar. 2026.
 18. CENTRO SABIÁ. Caatinga Climate Week. Centro Sabiá, Pernambuco, 2025. Disponível em: <https://www.caatingaclimateweek.org.br/?utm_source=ig&utm_medium=social&utm_content=link_in_bio&fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAc3J0YwZhcHBfaWQMMjU2MjgxDQwNTU4AAGnvXGVE9BGItpy2ARzxcNMj0YCNlg4j0zVV67PsORwZYP4uNgwFN2r7DD2Blk_aem_b74xmiFgay9lpLf3TinXg>. Acesso em: 10 mar. 2026.
 19. COSTA, JFR; MEDEIROS, M. Neocolonialismos em prática: movimentos quilombolas e as novas dimensões de dominação na ilha do Marajó (PA). *Ágora*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 137–161, 2025. DOI: 10.17058/agora.v27i1.20405. Disponível em: <<https://seer.unisc.br/index.php/agora/article/view/20405>>. Acesso em: 12 dez. 2025.
 20. DELGADO, GC. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. Revista da associação brasileira da reforma agrária. 2013.

21. FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato Da Silva. 1. ed. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.
22. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) *et al.*, *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025: Addressing high food price inflation for food security and nutrition*. Roma: FAO; IFAD: 2025. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cd6008en>>. Acesso em: 16 de fev. de 2026.
23. FEIFEL, B. MTD-DF inaugura Cozinha Popular no Sol Nascente com distribuição de mais de 200 marmitas. *Brasil de Fato*, 15 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/07/15/mtd-df-inaugura-cozinha-popular-no-sol-nascente-com-distribuicao-de-mais-de-200-marmitas/#:~:text=A%20Cozinha%20Popular%20Mara%20Maria.fica%20ao%20lado%20da%20Cozinha>>. Acesso em: 30 set. 2025.
24. FRANÇA, JL. “As sementes de verdade. Cantos do Sabiá”. Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 25 set. 2023. Disponível em: <<https://centrosabia.org.br/2023/09/25/as-sementes-de-verdade-cantos-do-sabia/>>. Acesso em: 7 out. 2025.
25. FULBER, S. Ticket da agricultura familiar em São José do Norte. In: OLIVEIRA, NR, *et al.* (Orgs), *Práticas de promoção da alimentação adequada e saudável na Assistência Técnica Rural*. Itaquí: Unipampa, 2025. p. 121-122. E-book. Disponível em: <<https://repositorio.unipampa.edu.br/items/4d5a4ede-e644-4b42-b712-64bb38c43127>>. Acesso em: 11 out. 2025.
26. GONÇALVES, JR e MASCARENHAS, TS. As várias faces do sistema alimentar e a experiência da Rede Brasileira de Grupos de Consumo de Alimentos. In: GONÇALVES, JR e MASCARENHAS, TS. (Orgs.). *Consumo responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.
27. GUIA ALIMENTAR NA ATER. Contribuição da extensão rural: o caso do Projeto Feijão... [vídeo]. YouTube, 4 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nxC1ZaPStCk>>. Acesso em: 7 out. 2025.
28. HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS. *Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*, Rome, HLPE; 2017.
29. INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (Idec). *Agenda para ação: caminhos para a transformação dos sistemas alimentares no Brasil*. São Paulo: Idec, 2022.
30. INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (Idec). *Alimentação em pauta: guia para profissionais de comunicação*. São Paulo: Idec, 2021.
31. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022 Quilombolas - Primeiros resultados do universo*. Rio de Janeiro; 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2026.

32. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). São José do Norte (RS). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/sao-jose-do-norte.html>>. Acesso em: 11 out. 2025.
33. INSTITUTO LAUDENOR DE SOUZA (ILS). Plano Territorial Popular da Comuna da Terra Irmã Alberta-SP. São Paulo, 2023.
34. LIMA, EB; ANDRADE, LP; HMLS. Desafios e estratégias utilizadas na conservação de variedades locais de feijão-comum em duas comunidades no município de Garanhuns-PE. Cadernos de Agroecologia, v. 19, n. 1 (2024): Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ. Publicado em 27 de novembro de 2024a. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/7927>>. Acesso em 30 out. 2025.
35. LIMA, EB. Seleção participativa e conservação da agrobiodiversidade de variedades locais de feijão-caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp). 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Garanhuns, 2024b. Disponível em: <https://ppciam.ufape.edu.br/selecao-participativa-e-conservacao-da-agrobiodiversidade-de-variedades-locais-de-feijao-caupi-vigna-unguiculata-l-walp/>>. Acesso em 22 de out. 2025.
36. LIMA, EB. Documentário Feijões da Vida [documentário]. YouTube, 31 jan. 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e_s54lsMkdE>. Acesso em: 7 out. 2025.
37. MALUF, RS. Descentralized food systems and eating in localities: a multiscale approach. Revista Economia e Sociologia Rural, v. 59, n. 4, 2021.
38. MATIOLI, V. PERES, J. Donos do Mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade. São Paulo: Elefante, 2020.
39. MAYMONE, CM. A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente: a experiência da Regional Grande São Paulo do MST na construção de um sistema alimentar contra-hegemônico. 2026. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa Mudança Social e Participação Política — Escola de Artes e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2026. Em elaboração.
40. MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.
41. MIRANDA, RA. Territorialização da agroecologia em redes alimentares alternativas: estudo de caso da Comuna da Terra Irmã Alberta, no município de São Paulo/SP. 2024. 187f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território), - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2024.
42. MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE (RS). Lei Municipal n. 968, de 24 de março de 2024. Dispõe sobre a Instituição do Ticket Alimentos da Agricultura Familiar para Servidores Públicos Municipais e Agentes Políticos do Município de São José do Norte e dá outras providências. Disponível em: <https://cdn-gw.webdehost.com.br/164/DocumentAssets/199805/images/original/LEI%20MUNICIPAL%20N%C2%BA%20968.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2025.

43. POMPEU, LP. A experiência do trabalhar em um ecossistema cooperativo de abastecimento de alimentos agroecológicos a partir do olhar da psicodinâmica do trabalho. 2024. 311p. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
44. POMPEU, LP; POMPEU, CO; IRRAZABAL, CF. Consumo responsável e/ou consumo militante: o caso da cooperativa terra e liberdade. In: XVII Seminário Internacional do Comitê Acadêmico de Processos Cooperativos e Associativos (PROCOAS), 2022, São Carlos. SP. Caderno de resumos do XVII PROCOAS, 2022. p. 288-311.
45. POMPEU, LP; TOFANELLI, VFL. Consumo responsável e/ou consumo militante: o caso da cooperativa Terra e Liberdade. Org & Demo. 2023, v. 24, fluxo contínuo.
46. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE. Ticket Alimentos da Agricultura Familiar é lançado oficialmente. Notícia, 30 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/ticket-alimentos-da-agricultura-familiar-e-lancado-oficialmente>>. Acesso em: 11 out. 2025.
47. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE. Ticket Alimentos da Agricultura Familiar (TAF). Disponível em: <<https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/pagina/taf>>. Acesso em: 11 out. 2025.
48. REDE SEMEAM. 5º Seminário de Sementes Crioulas da Rede SEMEAM [evento online]. 07 a 08 out. 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/5seminariodaredesemeam-157743/>>. Acesso em: 06 out 2025
49. SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M.; ECHER, F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias, v. 1, n. 1, 2016.
50. SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA (São José do Norte, RS). Ticket da Agricultura Familiar é tema de reunião do Fórum da Agricultura. Notícia, 09 jul. 2025. Disponível em: <<https://saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/ticket-da-agricultura-familiar-e-tema-de-reuniao-do-forum-da-agricultura>>. Acesso em: 11 out. 2025.
51. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO. Educação de Jovens e Adultos do Campo fortalece agricultura familiar e amplia oportunidades. Portal da Educação de Pernambuco, Recife, 11 set. 2025. Disponível em: <<https://portal.educacao.pe.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-do-campo-fortalece-agricultura-familiar-e-amplia-oportunidades/>>. Acesso em: 13 jan de 2026.
52. SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Global, 2003. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo.
53. SWINBURN B, *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. The Lancet, v. 393, n. 10173, 2019.
54. ROCHSTRÖM, J. *et al.* The EAT–Lancet Commission on healthy, sustainable, and just food systems. The Lancet, v. 406, p. 1625–1700, 11 out. 2025.
55. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Ernâni F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Ficha técnica

Realização: Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)

Direção executiva do Idec: Igor Britto

Organização: Ana Maria Maya, Laís Amaral, Lorenza Longhi e Samanta Fabbris

Pesquisa e produção do texto: Cristiana Marinho Maymone

Revisão e supervisão: Ana Maria Maya, Laís Amaral, Lorenza Longhi e Samanta Fabbris

Projeto gráfico: Coletivo Piu

Ano: 2026